



TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 2

Sessão Ordinária

26 de Fevereiro de 2018

**APROVADA POR MAIORIA
NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30/04/2018.**

M. B. M. C.

-----Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito, pelas 09h30, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 1.1** Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 22 de dezembro de 2017;-----
- 1.2** Informação de Correspondência;-----
- 1.3** Assuntos de interesse relevante para o Município;-----

2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- **PONTO 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013);-----
- **PONTO 1.1** - Memorando de entendimento entre o Município de Torre de Moncorvo, Município de Sines e Parque Eólico de Moncorvo;-----
- **PONTO 2** - Revisão Orçamental;-----
- **PONTO 3** - Unidade Móvel "Laranjinha" - Sociedade Comercial por Quotas Ótica Transmontana - OT, Lda. - Rastreios;-----
- **PONTO 4** - Assembleia Municipal da Guarda – “Movimento pelo Interior – Em nome da Coesão”;-----
- **PONTO 5** - Câmara Municipal de Vila Real – “Movimento pelo Interior – Em nome da Coesão”;-----
- **PONTO 6** - Assembleia Municipal de Bragança – Moção “Produção de castanha em Bragança”;-----
- **PONTO 7** - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torre de Moncorvo – Apreciação do Relatório de Atividades do ano 2017;-----
- **PONTO 8** - Eleição de quatro representantes da Assembleia Municipal para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torre de Moncorvo;-----
- **PONTO 9** - Transmissão Via Streaming da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo;-----
- **PONTO 10** - Elaboração da Comissão de Orçamento.-----

3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais:-----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira;-----

-----Lucinda João Afonso Carpinteiro;-----

-----Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes;-----

-----João Augusto Leal Leonardo;-----

-----Maria Aldina Esteves Catarino Carvalho;-----

-----Manuel José Dinis;-----

-----Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto;-----

-----Luís João Fernandes Dias;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais;-----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda – Freguesia de Horta da Vilarça;-----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos Meneses – Freguesia de Torre de Moncorvo;-----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras Maçores;-----

-----Luísa Maria Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo;-----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha Cardanha;-----

-----Vítor Manuel Amaro Vieiro - União de Freguesias de Felgar Souto da Velha;-----

-----Válter José Cordeiro Andrade - Freguesia de Açoreira.-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----António Eduardo Teixeira de Carvalho;-----

-----João Miguel Pinto Pavão;-----

-----Maria de Lurdes B. Moutinho Nunes dos Reis;-----

-----Fausto Edmundo Tiago;-----

-----António Júlio Andrade;-----

-----José Manuel Rodrigues Aires;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----António Júlio Sá Andrade – Freguesia de Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

-----Maria Amélia Madaleno Cabeleira – União de Freguesias de Urros Peredo dos

[Handwritten signature]

Castelhanos;-----
-----Verificou-se a presença dos vinte e oito membros que compõem esta Assembleia Municipal.-----

Constituíram a Mesa: -----

Luís Miranda Rei – Presidente de Mesa;-----

Pedro Miguel Pinto Carrasqueira – 1.º Secretário; -----

Lucinda João Afonso Carpinteiro – 2.ª Secretária.-----

-----**Faltas:** Faltou à reunião a seguinte deputada:-----

- Solange Marina Lapa dos Reis (PS) que justificou a falta; -----

----- A **CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, a Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros e Meneses e o Chefe da Unidade Orgânica Administrativa Geral, Manuel Fernando Camisa. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----O Sr. Presidente de Mesa verificada a existência de quórum declarou aberta a reunião eram 9:30 horas.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de começar, e a pedido dos serviços de apoio, dizer a todos os membros que todas as intervenções que façam nesta Assembleia, e nas futuras, que o façam para o micro, porque houve problemas na transcrição das intervenções de alguns membros da Assembleia Municipal. É um apelo dos serviços, e enfim, também para que as atas retratem fielmente aquilo que se passa na Assembleia. -----

----- **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 22 de dezembro de 2017. -----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente ao primeiro ponto, apreciação e votação da ata, alguém se quer inscrever para se pronunciar sobre a ata do dia 22 de dezembro? Eu repito a pergunta para os membros que chegaram, se alguém se quer pronunciar relativamente à ata do dia 22. Penso que não. -----

Vamos proceder à votação. Vamos proceder à votação da ata do dia 22 de dezembro de 2017.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 26 votos a favor, e 2 abstenções (*dos deputados Maria de Lurdes B. Moutinho Nunes dos Reis e José Manuel Rodrigues Aires (PS)*), **aprovar** a ata do dia 22 de Dezembro de 2017. -----

1.2 Informação da Correspondência.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Já foi enviado um resumo de toda a correspondência recebida. Entretanto, tal como foi definido, está a presente correspondência para consulta. Todos os membros da Assembleia que quiserem consultar a correspondência, está ali junto dos serviços de apoio à Assembleia.

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, tomou conhecimento da correspondência. -----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Eduardo Carvalho (PS)**, **Luís João Fernandes Dias (Coligação PSD/CDS)**, **João Pavão (PS)**, **António Júlio Andrade (PS)**, **João Augusto Leal Leonardo (Coligação PSD/CDS)**, **Vítor Manuel Amaro Vieira (Coligação PSD/CDS)**, **José Carlos Meneses (Coligação PSD/CDS)** e **José Manuel Rodrigues Aires (PS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Dou a palavra ao Sr. Deputado António Eduardo Carvalho. Faça favor. -----

Edo



-----O Deputado António Eduardo Carvalho: Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Vereadores, Exmos. Membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados: -----

Algumas preocupações que nos merecem atenção, não que sejam novas, mas que pela sua relevância solicitamos respostas concretas do Executivo, não descurando a nossa participação política contributiva na sua resolução. -----

A primeira diz respeito ao problema dos incêndios florestais, assunto referenciado na anterior Assembleia Municipal, e que atingiu o país no verão passado, e em particular o Concelho de Torre de Moncorvo. As perguntas subjacentes a este problema, Sr. Presidente da Câmara, é se o Executivo prevê efetuar a limpeza das matas, a área ardida, e se, de facto, Moncorvo iniciou este processo. Julgamos saber que estava prevista para meados de fevereiro a realização do perímetro florestal da Serra do Reboredo, e se foi realizado, qual a área, sendo certo que o concelho, e segundo dados publicados no Jornal de Notícias de 19 de fevereiro, integra zonas de limpeza prioritária, no total de mil, oitocentos e nove hectares, com um custo estimado de um vírgula quarenta e três milhões de euros (1.430.000€), e já agora, interessava saber quem suportará esta despesa. Esperamos bem que seja participado pelo Governo este valor, e que não recaia na sua totalidade sobre o Município. Recordamos ainda a diminuição da transferência de verbas do Governo para as Câmaras que não procedam à sua limpeza, situação que rejeitamos caso não seja alterada esta reformulação. Em que situação estamos, Sr. Presidente? O Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios existe? Está aprovado por esta Assembleia Municipal? Sabendo que não tarda muito e voltaremos a entrar na época crítica dos incêndios, este ano por certo antecipada devido à seca severa em que nos encontramos, e que estou certo, nenhum de nós pretenderá que suceda novamente.--- Desejávamos saber de V. Exa., Sr. Presidente, e os munícipes Moncorvenses também, respostas a estas preocupações. Contudo, reiteramos o nosso apoio a uma iniciativa conjunta com os outros Grupos Parlamentares desta Assembleia no sentido de alertar o Governo para as dificuldades técnicas, de recursos humanos e financeiros que o Município terá para realizar num prazo tão curto a limpeza da floresta. -----

Uma segunda questão prende-se com a prevenção de ocorrências, e refere-se à avaliação da segurança dos edifícios onde funcionam as associações e coletividades do concelho. Será que existem, são feitas vistorias técnicas periódicas pelos serviços da autarquia, em conjunto com os bombeiros? Isto porque convém recordar o desastre ocorrido em Vila Nova da Rainha, no Concelho de Tondela, infelizmente com perdas humanas associadas. -----

E não menos importante, falar de um problema que não sendo conjuntural, mas sim estrutural, diz respeito ao despovoamento ao apoio à natalidade e à fixação de pessoas. É urgente recolocarmos em debate – e volto a frisar, recolocarmos, porque sei que o Município já teve

iniciativas neste âmbito, quer os órgãos regionais, quer nacionais, como junto do Governo, este constrangimento que nas zonas interiores é premente e exige medidas céleres, por forma a criar o processo de desertificação. Neste sentido, estamos de acordo para, em conjunto, contribuir politicamente com o Executivo para debater o tema e alcançarmos soluções que não sendo de resolução fácil, possam minorar tal efeito. É arrepiante, quando lemos e observamos vários estudos recentes realizados que colocam Portugal como o quinto país mais envelhecido do mundo e oitavo com menor índice de fecundidade à escala mundial. Como se não bastassem estes resultados, Portugal junto a baixa natalidade à perda de população por via das migrações. Temos o pior de dois mundos, uma verdadeira tragédia demográfica, segundo o sociólogo e investigador João Peixoto do ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão) de Lisboa. Segundo as previsões das Nações Unidas, Portugal deverá perder mais de um milhão e meio de habitantes nos próximos trinta anos, mas o cenário poderá ser ainda mais grave caso haja um novo êxodo dos portugueses, principalmente dos mais qualificados. É nesse contexto, e com este panorama sombrio, que alertamos para a urgência de atempadamente implementarmos políticas proativas de fixação de pessoas, de incentivos aos jovens casais com filhos, à natalidade e outras que possamos encontrar para estancar o despovoamento. --- Disse. -----

-----O Presidente de Mesa: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís João. -----

-----O Deputado Luís João Dias: Boa noite a todos. -----

O Município requalificou a zona da Avenida das Amendoeiras e do Olival das Bolas com um parque verde e um ????. Eu visitei esse parque neste fim de semana, e deparei-me com algumas faltas de entradas nesse parque. Eu gostava de saber se o projeto é fechado, ou seja, se não há maneira de corrigir, a meu ver, essa falta de entradas, e também qual é a segunda parte do investimento, quando é que começa a parte onde estão as hortas comunitárias. Presumo que isso só será possível quando ??? estiver tudo pronto para receber essas mesmas hortas, mas gostava de saber a previsão das datas. -----

-----O Presidente de Mesa: Tem a palavra o Sr. Deputado João Pavão. -----

-----O Deputado João Pavão: Sr. Presidente da Assembleia, caros membros da Mesa, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, estimados colegas deputados, estimados Presidentes de Junta, funcionários do Município e estimado público, obrigado pela sua presença. -----
Antes de iniciar a minha exposição, permitam-me também fazer uma felicitação aos serviços da

10/02/18
Peteira



Assembleia pela compreensão que tiveram connosco ao longo da semana, quer na introdução dos temas na ordem de trabalhos, quer também na substituição dos colegas deputados. -----

Antes também de iniciar, dar também os parabéns ao Presidente da Câmara, dos autarcas sociais democratas, pela eleição como Presidente da Mesa do Conselho de Jurisdição. -----

E relativamente à iniciativa conjunta que apresentámos sobre a gestão dos combustíveis, iremos abordar na segunda ronda, porque também há aqui umas retificações para fazer, e pedia depois à Mesa se seria possível reunir com os líderes da Bancada do PSD e do CDS. ----

Relativamente aos assuntos do Município, ainda no que diz respeito à anterior Assembleia, assuntos que ficaram aqui no ar, ainda em resposta ao Sr. Presidente e ao Sr. Deputado João Leonardo, dizia-se que o Partido Socialista é contra a Feira Medieval. Nós reiterámos que não somos contra a Feira Medieval – aliás, a Feira Medieval vem já do passado, e já era organizada pelo Partido Socialista, em conjunto com o Agrupamento de Escolas; claro, em moldes muito mais humildes. E a única posição que houve aqui contra a história e cultura do nosso concelho foi deste Executivo: destruíram a Amendoeira em Flor. Destruíram a Amendoeira em Flor, e afirmaram aqui que a Câmara pagava aos expositores que vinham cá, pagava aos artesãos que vinham cá. E agora, meus caros, como é que funciona a Feira Medieval? Os figurantes vêm de borla? Aliás, faço a primeira pergunta: em quanto é que fica a Feira Medieval? Porque não sabemos, basta ver as rubricas do Orçamento e não conseguimos chegar a esses resultados. Essa é a primeira pergunta. -----

Ainda relativamente – e há aqui uma coisa que me confunde um bocado, e em jeito até de piada, foi aqui referido que se levantaram duzentos mil euros (200.000€) no multibanco. Eu confesso que fico um bocado céptico com esse número. E depois falou-se em trinta, quarenta, cinquenta mil pessoas que estiveram cá. Até em jeito de piada, duzentos mil euros (200.000€), cinquenta mil pessoas, cada pessoa levantou, em média, quatro euros (4€), gastou quatro euros (4€), o que é até um número surreal. E se calhar podem ter corrigido no gabinete de estatística municipal, que cinquenta mil pessoas é o que leva o Web Summit, em Lisboa. Não sei, se calhar podemos ainda ir a tempo de corrigir esse número. -----

E depois, Sr. Presidente, falámos aqui também – reitero estas perguntas, não só ao Presidente, mas também ao resto do Executivo, porque há aqui perguntas que são temáticas. Então, Sr. Presidente e restante Executivo, a única empresa transmontana que participou no Web Summit, e falo da FullNumber, a empresa do Sr. Empresário Paulo Jaloto, foi a única empresa transmontana que esteve no Web Summit. Por que é que essa empresa não ficou instalada cá em Torre de Moncorvo? Por que é que essa empresa não está cá? É que Moncorvo está a perder o comboio da revolução industrial 4.0, não estamos a saber responder aos desafios do mercado de trabalho, não estamos a dar apoio aos nómadas digitais, não estamos a saber cativar os jovens, e é necessário captar esse investimento privado para ficar

em Moncorvo. Se não funcionam as minas, do parque eólico iremos falar mais à frente, com o gasoduto que também foi agora com a decisão da parte ambiental ???, temos, então, de descobrir novas estratégias. E estamos aqui para esse combate, para o desenvolvimento do concelho. -----

E já agora, Sr. Presidente, em jeito de pergunta, vamos entrar nas negociações do novo Quadro Comunitário, qual foi a posição da Câmara, ou da CIMDouro, perante o Governo e perante também o Partido Social Democrata, nas negociações com o Governo para o novo Quadro Comunitário. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Ora, muito bons dias, Sr. Presidente, membros da Câmara, Sr. Presidente da Assembleia, público. -----

Para que fique corretamente transcrito em ata, porque normalmente as coisas da literatura impressionam-me, eu faço questão de escrever. É uma proposta que vou aqui fazer, de um voto de pesar e de celebração cultural. -----

-----*Voto de Pesar*-----

“Desejo aqui celebrar, nesta Assembleia Municipal, a memória de uma mulher recentemente falecida e que, embora não fosse natural de Torre de Moncorvo, a esta terra se mostrou dedicada, nela acrescentando cultura e a ela vindo regularmente.-----

Estou a referir-me a D. Maria Teresa Bastos, que o país conheceu por Tareka e ganhou celebridade em um dos mais memoráveis programas culturais da televisão portuguesa – a “Visita da Cornélia” – emitido pela RTP ao longo da segunda metade do ano de 1977. E se a autoria do programa se deveu a Fialho Gouveia e Raúl Solnado, todos concordam em que “a dança da Tareka e do Tó Zé Martinho foi um dos momentos mais entusiasmantes do programa” – como a própria RTP publicita ainda hoje em “Memórias”.-----

E muita gente em Torre de Moncorvo se recorda ainda do brilhante sarau passado no Cineteatro local com a Tareka, os filhos, alguns amigos que com eles vieram de Lisboa e outros “atores” improvisados do nosso meio, em réplica da mesma sessão da “Visita da Cornélia”.-----

Tal como se recordarão de outras sessões realizadas no mesmo Teatro, por iniciativa da Tareka e do Tó Zé Martinho e de filmagens aqui realizadas também por sua iniciativa. -----

E se a filha da Tareka, a Dra. Ana Maria Magalhães, não vem até nós como atriz, ela está presente nos inumeráveis livros que tem assinado, numa impressionante carreira literária, em parceria com Isabel Alçada. Pena que, em 2012, quando publicou “Tudo tem o seu tempo –

Handwritten signatures in blue ink.



Autobiografia”, não houvesse em Torre de Moncorvo uma apresentação pública, já que no mesmo livro muito se escreve sobre gentes desta terra e suas paisagens naturais e culturais. -- Por estas razões, sinto que é meu dever propor à aprovação desta Assembleia Municipal um voto de pesar pelo falecimento de D. Maria Teresa e de celebração da obra cultural, artística e literária dela e de seus filhos.” -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para se pronunciar sobre os assuntos de interesse relevante para o Município, então, punha à votação este voto de pesar e celebração cultural pelo falecimento de D. Maria Teresa Bastos, mais conhecida por Tareka. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o “Voto de Pesar em memória da D. Maria Teresa Bastos” .-----

-----**O Presidente de Mesa:** Passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para intervir nestes assuntos de interesse relevante para o Município, para responder às questões que foram levantadas. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Os meus cumprimentos a todos os Srs. Deputados Municipais, bem como ao público aqui presente. -----

Bom, eu acho que esta nova Legislação que foi inventada por este Governo, ao querer sacudir a água do capote e remetendo toda a responsabilidade de quarenta anos de inação do Poder Central – e digo quarenta anos porque foi transversal a todos os Governos – quarenta anos de responsabilidade para os Municípios, num prazo de um mês e meio. É inadmissível. Mas, é mais inadmissível quando ainda fazemos algo pior, que é o garrote financeiro. E refiro-me concretamente a esta situação que é proposta aos Municípios: ou vocês fazem, ou aqueles que não fizerem, é-lhes cortado vinte por cento (20%) do FEF. Isso é inadmissível, a própria Associação Nacional de Municípios já se pronunciou, não aceitando a configuração legislativa que foi dada ao diploma. Quero dizer-vos que as autarquias são as principais interessadas em serem parceiros, quero dizer-vos que Torre de Moncorvo é parceiro e o principal interessado em cumprir e em fazer cumprir a própria Lei, mas sabemos que é impossível fazê-lo até maio. - Mas, também quero dizer-vos que aquilo que se passou, e que se fez passar nos meios de comunicação social, ainda foi pior, porque o que se fez passar foi que até 15 de março, os privados deveriam fazê-lo, mas se não fizessem, as autarquias teriam que o fazer. Ora, a

verdade não é essa: as autarquias irão substituir-se aos privados, mas dentro de um quadro legal onde existem também processos contraordenacionais. E para terem uma ideia, vamos aos valores mais elevados, poderão ir até sessenta mil euros (60.000€). E isto é, mais uma vez, uma forma de tirar a água do capote e imputar aos Municípios os próprios processos contraordenacionais. -----

Com tudo isto, sabemos que a verba que por aí se propala, de cinquenta milhões de euros (50.000.000€), é uma verba manifestamente reduzida para se fazer todas as ações que são previstas neste quadro legislativo. E portanto, iremos fazer o melhor possível, iremos tentar ir o mais longe possível, dentro das limitações. Quero dizer-vos também que juntamente com a Proteção Civil – alguns não gostam da Proteção Civil, não gostam, não porque funcione bem ou funcione mal, muitas vezes é até por questões pessoais. Mas, a Proteção Civil tem feito um levantamento, e para terem esta ideia, só em termos de maquinaria necessária – não estamos a falar de nada que seja de extrapolar para situações por aí além; estamos a falar de maquinaria necessária para, no momento, fazer o que é necessário fazer – o Município terá que despender cerca de trezentos e cinquenta mil euros (350.000€), só em maquinaria. Mas depois temos outro problema, que é este: o problema é que há sempre os otimistas, e os otimistas são aqueles que abanam a cabeça por tudo e por nada, são os otimistas. Outros chamar-lhe-ão aquele boneco que empurra para a frente e para trás, mas mantém-se sempre em pé, é o “sempre em pé”. Mas esses otimistas não conseguem resolver o assunto, de dizerem com uma proposta concreta quais são as empresas que estão disponíveis, porque neste momento não há empresas disponíveis. E quero dizer-vos que apesar do garrote financeiro a que as autarquias estão obrigadas, até é possível às autarquias, independentemente do valor, fazerem ajustes diretos. O problema é que não há, neste momento não há empresas disponíveis, nos trezentos e oito concelhos, para fazerem o que é necessário para cumprir o pacote legislativo. Não há. Se alguém conhecer, nós estamos aqui abertos para que nos digam. -----

E portanto, Sr. Deputado Eduardo, eu concordo com o que disse na totalidade, eu não posso aqui refutar aquilo que o senhor disse, porque é verdade. Espero que não caia só na autarquia, espero que este seja um movimento não político, mas onde todas as forças políticas – porque são essenciais – estejam de acordo para um plano, e que possamos dessa forma resolver um problema que é de todos nós. -----

Dizer-lhe também que o Plano Municipal de Defesa da Floresta está aprovado até 2020 – está aprovado até 2020, volto a dizer-lhe – e que, portanto, por aí estamos salvaguardados. -----

Dizer-vos também que em 15 de fevereiro, a autarquia também fez uma replantação de dois vírgula cinco hectares – aliás, há pessoas que eu vi lá – e que no dia 21 de março serão mais três hectares. Mas, também deixem-me dizer-vos uma coisa: não nos podemos esquecer, e

Edo



falando aqui em concreto do Reboredo, que o Reboredo está em cogestão com o ICNF. A madeira ardida que foi a hasta pública ficou por duas vezes deserta, o concurso ficou deserto. Esse é outro problema, espero que sanado na próxima hasta pública que irá haver dentro em breve. Pedimos uma audiência ao Sr. Secretário de Estado das Florestas, há dois meses atrás, e iremos ser recebidos no dia 5 de março, onde iremos colocar estes problemas concretos do Município. Já foram colocados os problemas na CIM Douro, o Sr. Secretário de Estado mostrou-se aberto a fazer até, ou a levar algumas alterações e algumas sugestões, mas até haver essa reunião não vos posso dizer em concreto se as alterações foram, ou não, aceites. Mas, esta data fica aqui, irei trazer na próxima reunião, porque é um assunto transversal às conclusões que fizeram. -----

Dizer-vos também que é nossa intenção ter uma equipa de sapadores, e só ainda não está em funcionamento uma equipa de sapadores porque – e a ver se vos digo isto de uma forma clara – o Plano de Defesa Municipal da Floresta de Vila Flor ainda não está aprovado, e há uma área que é convergente aos dois Municípios. O que é necessário fazer – e estive na sexta-feira com o Dr. Paulo Salsa, do ICNF, que nos irá acompanhar também na reunião com o Secretário de Estado, está a ser resolvido o de Vila Flor, o problema de Vila Flor, porque vão ter uma equipa de sapadores, e conseguir que a área não seja a mesma. Dessa forma, iremos conseguir ter duas equipas – uma em Vila Flor, outra aqui. Dizer-vos também que a criação de três equipas de sapadores no âmbito das CIM's revela também – e perdoe-se-me a expressão – uma forma legislativa de fazer leis centralizada em Lisboa. E eu dou-vos um exemplo: a CIM Douro tem dezanove Municípios, como todos sabem, a CIM de Trás-os-Montes tem nove Municípios. O que está previsto não é por área; o que está previsto é por CIM, a criação de três equipas de sapadores por CIM. Ora, dezanove com três, ou nove com três, é diferente. A própria Legislação, se tiveram o cuidado de a ler, diz uma coisa muito simples: é que não pode haver desagregação dessas equipas de sapadores, o que quer dizer que elas têm que trabalhar em conjunto, territorialmente na CIM, mas com um quadro técnico, um supervisor, e elas serão colocadas onde forem necessárias – as três equipas, porque não pode haver desagregação. Uma das propostas que o Município de Torre de Moncorvo fez ao Sr. Secretário de Estado nessa reunião foi, exatamente, podermos desagregar por sub-regiões, e ficaria uma no Douro Norte, outra no Douro Sul, e outra no Douro Superior. No quadro legislativo que temos, não é possível; vamos ver o que é que o Sr. Secretário de Estado consegue. Dessa forma, conseguiríamos ter uma equipa de sapadores em Torre de Moncorvo – e essa seria de âmbito municipal, obviamente – e no Douro Superior uma equipa que seria adstrita à CIM. Vamos ver se essa alteração legislativa se consegue fazer, ou não. -----


Quanto à prevenção, é extremamente importante a prevenção. Aliás, o simulacro que se fez no Centro de Saúde com os Bombeiros Voluntários serviu para alertar para coisas que estejam

M. Bdo
Luj

menos bem. E é importante fazê-lo não só aqui, na sede do concelho, mas também nas freguesias, e é esse plano que a Proteção Civil está a fazer juntamente com o levantamento de todas as bocas de incêndio que existam no concelho – e pontos de água, já agora. Esse relatório, mal esteja no poder do Executivo, irá ser remetido aos Grupos Parlamentares também, para ser aprofundado, e conseguirmos ter dessa forma um relatório final com as necessidades, e também com aquilo que já temos, para ser enviado – se os Grupos Parlamentares assim entenderem – à tutela. -----

Depois, no apoio à natalidade, preocupa-me o último estudo que saiu, obviamente. Neste momento, para termos uma ideia, o Distrito de Vila Real e o Distrito de Bragança juntos, estaremos a falar de cerca de quatrocentas mil pessoas, basicamente. Em 2060, com a projeção relativamente aos últimos dez anos, estaremos a falar de uma população, em 2060, dos dois distritos, de cento e cinquenta mil pessoas, e isto é extremamente preocupante. E por isso, dois dos pontos que fizemos questão de trazer aqui à Assembleia são duas moções de apoio ao interior. Aliás, o Movimento pelo Interior – Em nome da Coesão, como todos devem ter tido oportunidade ontem de ver as conclusões que foram retiradas, apresentadas pelo Prof. Silva Peneda, pelo Presidente da Câmara de Vila Real, em nome dos autarcas socialistas, e pelo Presidente da Câmara da Guarda, em nome dos autarcas social democratas, essas conclusões são para ser aprofundadas com o que as Assembleias Municipais e os Executivos Municipais recomendarem. Portanto, eu aí penso que seria, mais do que em qualquer lado, seria bom esta Assembleia ter uma comissão conjunta dos três Grupos Parlamentares e dos Presidentes de Junta de Freguesia. Esse seria, sem dúvida, um bom ponto de partida para elaborarmos um relatório, um relatório que fosse não só técnico, mas também um relatório de quem conhece o território, para podermos enviar depois a este Movimento pela Coesão. Eu costumo dizer que aceito muito melhor as políticas de apoio individuais a famílias carenciadas, que o são no terreno, do que dizer que damos um apoio de mil (1.000€), mil e quinhentos (1.500€) ou dois mil euros (2.000€). Não acredito nesse tipo de apoios, tenho razões para não acreditar, e até porque sei e tenho conhecimento de pessoas que mudaram a residência para um determinado concelho, e logo a seguir, quando perderam mudaram a residência novamente para o concelho vizinho. E se isso fosse um bom ponto de partida – Vimioso já o faz há doze anos – não estaria a perder consecutivamente população ano após ano. Portanto, esse não me parece que fosse um bom ponto de partida. -----

Quanto à requalificação da Avenida das Amendoeiras, quanto às entradas, temos duas entradas no que é atual, ainda não está terminado, e a segunda fase será no decorrer deste ano, onde existirão mais entradas, obviamente. E portanto, não queremos um parque devassado, não queremos um parque com entradas por tudo o que é lado, porque o que queremos é que as crianças consigam correr por lá, estejam ali, e de qualquer forma consigam


 Pedro



estar. Mas, o essencial da questão é que durante 2018 estarão terminadas as obras com a segunda fase do Parque da Vila. -----

Agradecer a congratulação pela nomeação, muito obrigado. -----

E dizer uma coisa: o que se referiu da Feira Medieval foi duas opções políticas. Não se trata de individualizar. A política também é a crítica, mas na crítica, teremos que ter a substância construtiva dessa mesma crítica. E quando se diz que a Feira Medieval deve regressar ao ponto de partida, isso, eu posso criticar, ou não. Quando se diz que a Feira Medieval deve regressar aos moldes com que foi criada – e isso está escrito – eu posso criticar, ou não. Mas, também aceito que me digam que a Feira Medieval não deve estar conforme está hoje em dia, tudo bem. Eu, o mapa que apresentei é da SIBS, não lhe fiz retoques, não os maquillei. Portanto, se é muito, se é pouco, eu não sei; sei que naquele mês, com aquela percentagem, estamos acima da NUT II, da NUT III e do resto do país, e isso é da SIBS. Agora, se eles fizeram mal as contas, aí também aceito que critiquem, porque fui eu que o apresentei, fui eu que fui notificado pelo Instituto Nacional de Estatística. Portanto, admito que eles tenham errado também, não digo que não. -----

Quanto ao resto das perguntas, os custos, é fácil de ver, é só chegar à contabilidade e pedirem a contratação pública. São feitos por contratação pública. -----

Quanto a empresas que não ficam com a sede em Torre de Moncorvo, tem que se perguntar aos empresários por quê. Se não querem que as sedes estejam em Torre de Moncorvo, não é o Executivo nem a Assembleia Municipal que os obriga a ficar. Têm que lhes perguntar o por quê dessa opção. Eu recordo-me que, há uns anos atrás, muitas delas foram constituídas com sede em Castelo Branco, e depois nunca estiveram lá, e o que trouxeram em termos de riqueza para Castelo Branco foi provavelmente zero, mas era lá que eram constituídas. Se bem se recordam, essa política, a chamada política fiscal do interior, que depois o efeito que surtiu é aquilo que ainda hoje estamos a discutir. -----

Quanto ao novo Quadro 2030, eu só não fiz distribuir isto porque para além de ser um dos autores, irá ser discutido em primeira mão com a CCDRN e será também discutida com uma comissão que o Sr. Primeiro Ministro criou sobre o 2030. E portanto, para não dizerem que não está pronto, eu trouxe-o aqui só para terem uma noção, que é CIMDouro – Estratégia para uma década - Portugal 2030. E neste ponto, defendemos, justamente como defende o Movimento pelo Interior, que grandes projetos europeus possam ser alocados ao interior. Obviamente que aqui estamos a falar da CIMDouro, mas o meu ponto de vista, e o ponto de vista dos autarcas na sua generalidade, é que o interior seja visto de norte a sul. O que é que não podemos aceitar? Foi uma estratégia que, no meu ponto de vista, estava correta, mas o nome é infeliz, que são os Territórios de Baixa Densidade. A estratégia estava correta; eu sempre fui e serei o maior crítico quanto à atribuição do nome. Aliás, eu costumo dizer que Torre de Moncorvo não

é um Município de baixa densidade, é um Município de alta intensidade – já me devem ter ouvido isto várias vezes, e vou repeti-lo até me cansar. Mas, a verdade é que depois foi tudo deturpado. Na própria Associação Nacional de Municípios, teve que se suspender por diversas vezes a reunião porque Municípios que até ali não queriam estar na baixa densidade, a partir do momento em que havia incentivos fiscais, passaram a exigir estar na baixa densidade. E temos Municípios a vinte, trinta quilómetros de Coimbra, como sendo de baixa densidade. Viseu é um Município de baixa densidade, Évora é outro que é de baixa densidade, Vila Real também. Mas, Vila Real eu até aceito, porque se virmos o distrito, ou se virmos depois o próprio Concelho de Vila Real, é muito disperso, mas a cidade em si não pode ser considerada de baixa densidade. Mas, isto não era o propósito da Lei, não foi o propósito do Legislador quando o pensou. Mas depois, quando foi preciso adotá-lo, e num ano mau, num ano pré-eleitoral – que são sempre maus anos para fazer este tipo de alterações legislativas – foi esse o grande problema. E os Municípios exigiram, a partir do momento em que viram que havia contrapartidas. O que é que trouxe? Zero, trouxe zero. -----

Portanto, as moções que hoje os Srs. Deputados vão ter que discutir, e saber se aderimos, ou não, são essenciais. Mas, só são essenciais se entre vocês esquecerem que há nesta Assembleia uma representação do Partido Social Democrata, do Partido Socialista e do CDS, mas pensar que tem que haver um grupo independente, um grupo de pessoas que não pertencendo à Assembleia Municipal, deve ter uma palavra a dizer. E esse é o trabalho que hoje aqui nós temos como mais importante, e que temos que nos debruçar sobre ele de uma forma que seja fiel aos princípios, mas mais do que fiel aos princípios partidários, seja fiel aos princípios da pessoa enquanto entidade única e da coletividade enquanto todos que estamos inseridos no Concelho de Torre de Moncorvo. Este é o repto que eu vos deixo: é que a nossa moção, a moção da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, seja uma moção a ter em conta por este grupo que agora foi criado, porque se assim o fizermos, estamos a fazer, não um belíssimo trabalho para nós, mas um excelente trabalho para as gerações vindouras. E é nessas que temos que pensar; deixar o imediatismo e pensarmos no futuro. -----

Quanto ao voto de reconhecimento, obviamente que nada a opor, por tudo aquilo que disse, e pela figura que foi – aliás, nós, na própria BTL, fizemos questão, no ano passado, de convidar o filho, como um dos filhos do Douro, e também a senhora, que por motivos de estar já debilitada, não aparecia em eventos públicos, mas a qual agradeceu, sendo representada pelo Tó Zé Martinho na BTL. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** A pedido dos Líderes dos Grupos Parlamentares dos três Partidos, vamos interromper durante cinco minutos a Assembleia Municipal. -----

Edo



(Interrupção dos trabalhos). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Agradecia que se sentassem. Não sei se os Líderes dos Grupos Parlamentares têm alguma comunicação a fazer, presumo que sim, senão não pediam a interrupção dos trabalhos. Quem é que intervém? Faça favor. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Então, vou deixar este assunto para o fim, se calhar continuo a minha intervenção e deixo este assunto para o fim da minha intervenção. -----

Relativamente às respostas do Sr. Presidente, continua a não responder quanto é que se gasta na Feira Medieval. Mas, vamos fazer essa diligência de pedir aos serviços as contratações públicas e as despesas no âmbito desse evento. -----

Ainda relativamente ao que são dados estatísticos, temos que olhar para eles, então, Sr. Presidente. Diz-se que – e diz essa empresa que falou – empresas criadas em Castelo Branco, podemos ver perfeitamente que desde que este Executivo tomou posse, as exportações no concelho diminuíram vinte e cinco vírgula um por cento (25,1%); o poder de compra dos Moncorvenses diminuiu, e dizer também, já que falou em Vimioso, dar o exemplo que em Vimioso, por exemplo, as suas exportações aumentaram em quarenta e sete vírgula dois por cento (47,2%); Alfândega, em duzentos e setenta e três por cento (273%). E se usarmos estes dados estatísticos, tem que ser sempre no seu âmbito regional. -----

E relativamente à empresa Moncorvense que esteve na Web Summit, eu dou-lhe a resposta: ela está na Brigantia-EcoPark, em Bragança, e vai empregar seis pessoas. Por que não está em Moncorvo, também não lhe sei responder, mas está em Bragança. Por quê? Porque uma iniciativa dessas, o Partido Social Democrata apostou em criar uma incubadora de empresas, como lhe disse, destes novos nómadas digitais, e se forem visitar aquele espaço veem que é uma nova dinâmica económica e cultural. E dou o exemplo também aqui do concelho vizinho, Carrazeda de Ansiães, que tem também uma incubadora de empresas, e tem lá empresas que se instalaram. E até lhe estou a dar exemplos de Câmaras do Partido Social Democrata, porque os bons exemplos são para louvar, e os maus exemplos também são para se discutir. E até esse Brigantia-EcoPark, o Primeiro Ministro esteve lá há duas, três semanas (salvo erro), para assinatura de um protocolo que é essencial para a evolução da economia a nível regional, que é uma parceria entre o tecido de investigação, o tecido empresarial e o próprio Brigantia-EcoPark, no Município de Bragança, e protocolo com o Governo. -----

Depois, esta discussão surge por quê? Porque cada vez vemos mais empresas do género a vir para o interior. Dou-lhe o exemplo agora de uma empresa, a Critical Software, que se instalou em várias cidades do interior, e que vai empregar cerca de sessenta pessoas. Portanto, são estes assuntos que nós temos que tratar e trazer esta realidade para o concelho. Eu bem sei

que os outros investimentos são importantes, mas temos que olhar para esta nova dinâmica económica. -----

Depois, Sr. Presidente, outros assuntos que nos chegaram através dos cidadãos de Moncorvo, e através dos nossos membros do PS nas várias Assembleias de Freguesia em que o Partido Socialista é Oposição, os membros do Partido Socialista na União do Souto e do Felgar solicitaram ao Presidente de Junta uma lista dos habitantes que pagam a água, e a mesma ainda não foi dada aos membros do Partido Socialista nessa freguesia. Portanto, também solicitamos aqui aos serviços do Município a lista dos munícipes, ou dos habitantes, que pagam a taxa municipal, para vermos se existe alguma discrepância no número de pessoas que pagam a água, ou as taxas. -----

Ainda relativamente a outra situação que nos vem dos cidadãos, foi ao nível da saúde. E é somente um tema que é sensível, e eu pergunto, ao nível do esclarecimento, como é que está o protocolo de transporte das pessoas de Torre de Moncorvo, dos doentes para o IPO, quer do Porto, quer de Coimbra, peço só um esclarecimento sobre essa situação. Uma outra também é se, havendo esse protocolo, se pode ser alargado também a pessoas que necessitam e que têm rendimentos mais baixos, para consultas em Mirandela, Bragança, Macedo, aqui nos hospitais mais próximos. -----

Chegou-nos também outra situação, de que a Rua do Poço, aqui no centro histórico, se encontra suja, que não é digna dos turistas que gostam de ir visitar ali a Rua da Porta da Vila, entre outras situações. Portanto, que nos esclareçam sobre essa situação. -----

E relativamente à proposta da situação das matas, temos o seguinte a expor: sabemos que Moncorvo foi assolado no último ano, infelizmente, por um incêndio, vimos também que nos últimos quatro anos uma extinção do grupo que combatia os incêndios, a estratégia que houve foi quase nula, e nós aqui vimo-nos solidarizar perante o Executivo, que é preciso – e acho que esta Lei do Governo, fala-se agora de 2006, 2007, salvo erro – apesar de os prazos serem curtos, nós entendemos que deve existir aqui uma maior consciencialização da população, nomeadamente na limpeza – eu até penso que houve um evento, na semana passada, no Mercado Municipal, relativamente a isso – mas deve haver uma consciencialização maior da limpeza das florestas, porque como foi alertado, os habitantes e as pessoas que têm árvores à volta das suas casas estão a limpar até as árvores de fruto, não árvores combustíveis, e isso ainda pode ter efeitos mais negativos do que têm os próprios incêndios. Portanto, é preciso ter uma consciencialização da população relativamente a esse assunto. E por isso, agora, em reunião com os Líderes do PSD e do CDS, apresentámos esta nossa proposta, que fala do prazo, fala que o Governo não deve responsabilizar somente os Municípios, o Governo deve ser corresponsabilizado pelas decisões que também toma, e vamos apresentar duas iniciativas, em que na nossa iniciativa (do PS), não se coloca os vinte por cento (20%) do

M. Pedro



retrocesso financeiro, da redução financeira. Portanto, propomos à Mesa a nossa proposta, e os Líderes do PSD e do CDS supostamente ainda irão falar, o João irá falar. -----

“Relativamente à posição do Governo da República Portuguesa, no que diz respeito ao Regime Excepcional das Redes Secundárias de Faixas de Gestão de Combustível / Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, a Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo apresenta a seguinte posição: -----

- Considerando que a floresta representa um bem público e natural, que deve ser preservado e protegido pelos vários intervenientes, desde a escala municipal à escala nacional; -----
- Considerando que os prazos que o Governo indicou para a limpeza da floresta são inconcebíveis e impraticáveis; -----
- Considerando que o Governo deve ser um sustentáculo físico (meios) e financeiro dos Municípios para o efeito; -----
- Considerando que a Legislação proposta que responsabiliza os Municípios pela limpeza das florestas não é exequível em termos práticos; -----
- Considerando que o Governo não deve descartar as responsabilidades dos incêndios somente nos Municípios; -----
- Considerando que é primordial a definição de prioridades no que diz respeito à limpeza das florestas; -----
- Considerando que os prazos apresentados devem ser alargados; -----

Perante o supra exposto, o Partido Socialista da presente Assembleia sublinha que os Municípios devem ter um papel ativo na limpeza das florestas, desde que essa responsabilidade seja acompanhada de um pacote financeiro suplementar e de um calendário de metas reformulado.” -----

Aqui, a única alteração que vamos fazer, em relação às Bancadas do PSD e do CDS, é o valor financeiro dos vinte por cento (20%). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Deputado João Leonardo, faça favor. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Bom dia, Srs. Deputados, Mesa e Vereação. -----

Na informação que o Sr. Deputado João Pavão referiu, em relação à Feira Medieval, realmente, a forma de fazer a Feira Medieval é diferente do passado. No fim de semana passado visitei um Município vizinho, e verifiquei a reduzida adesão a esta forma de evento, comparativamente com anos anteriores. A maioria dos produtores e fornecedores são exteriores ao Município. Quais os custos e benefícios para o interior deste tipo de modelo? -----

Relativamente à tomada de posição do PS, relativamente a este regime imposto pelo Governo, tenho a referir: o Governo, no início do ano, decidiu aplicar a Lei que visa criar faixas de segurança livres de vegetação, responsabilizando os Municípios e as populações para o cumprimento da mesma, dando prazo até 15 de março para se cumprir a Lei, e caso os municípios não cumpram, sofrem aumentos, e as Câmaras Municipais terão dois meses e meio para agir. Caso as Câmaras Municipais não cumpram, sofrem um corte de vinte por cento (20%) dos duodécimos das transferências de Fundo de Equilíbrio Financeiro no mês seguinte, a partir de junho. -----

Perante isto, o Grupo Parlamentar do PSD considera razoável o alargamento do prazo de aplicabilidade destas medidas, uma vez que são quase impossíveis de concretizar no prazo estipulado pelo Governo, e a supressão do corte de vinte por cento (20%) para as transferências do FEF. Nesse sentido, solicitamos uma alteração ao anterior parágrafo da moção apresentada pelo PS, alterando o parágrafo para o seguinte: -----

“Perante o supra exposto, os Partidos da presente Assembleia (PPD-PSD/CDS-PP) sublinham que os Municípios devem ter um papel ativo na limpeza das florestas, desde que essa responsabilidade seja acompanhada de um pacote financeiro suplementar, de um calendário de metas reformulado e da supressão por parte do Governo do corte de vinte por cento (20%) dos duodécimos das transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro dos Municípios.” -----

É apresentado pelo PSD, conjuntamente com o CDS. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Deputado Luís Dias, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Mais uma vez, bom dia. -----

Ainda voltando a este caso em que estamos, da proposta conjunta, não conseguimos chegar a acordo por causa da referência a estes vinte por cento (20%) de corte no FEF. Acho que é facto, e é público, este corte de vinte por cento (20%), mas não conseguimos chegar a acordo.- Ainda referir que o Governo não tem estudo, como disse o Sr. Presidente da Câmara, e muito bem, são quarenta anos de abandono desta região do interior, e concordo com o Sr. Presidente quando diz que houve um investimento, um crédito de cinquenta milhões de euros (50.000.000€), mas continua a não haver investimento ??? mas o que faz falta é investimento na floresta. Por exemplo, todas as notícias que tenho visto de reflorestação, é mecenato dos

Redo



Governos que dão as plantas, é mecenato das escolas, que andam a plantar. Ou seja, continua o Estado sem ter um papel ativo; é graças ao mecenato de pessoas e empresas que se procede à reflorestação em Portugal. Mais uma vez digo, não está vertida esta preocupação na proposta. -----

Eu, pessoalmente, vou-me abster na proposta do Partido Socialista, e vou votar a favor, subscrever em conjunto com o Partido Social Democrata a proposta apresentada pelo João Leonardo. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. António Júlio Andrade, se faz favor. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Escrevendo sobre Torre de Moncorvo no seu livro "As mais belas Vilas e Aldeias de Portugal", Júlio Gil mostra-se particularmente encantado com a harmonia das casas setecentistas e do traçado das ruas de Moncorvo, escrevendo, nomeadamente, o seguinte: -----

"A principal qualidade estética de Torre de Moncorvo é a harmonia, são os conjuntos de edifícios alinhados em ruas, muitas vezes estreitas, mas sempre agradáveis de percorrer." -----

Eu também gosto muito de passear pelas ruas e praças da minha terra e, aqui há um mês, pus-me no computador a percorrê-las, em viagem virtual no Google Maps. E fiquei estarecido quando dei comigo a passear numa tal "Avenida José Luís Borges" – repito, José Luís Borges.- Penso que, para além de uma ofensa à memória do imortal escritor argentino que tanto orgulho mostrava dos seus bisavós Moncorvenses, tal facto se revela muito desprestigante para todos nós que amamos esta terra que é nossa. Tal facto é uma verdadeira "machadada" no turismo. Eu imagino quantos visitantes ou pessoas que passam por Torre de Moncorvo e no GPS instalado no *tablier* do seu carro leem "Avenida José Luís Borges". -----

Como nos tratarão de ignorantes! Como falarão da nossa terra! Ainda mais se, com descuido e estupefação pelo nome, tropeçarem numa daquelas lombas que ultimamente lá colocaram, com sinais de "passadeiras". -----

E depois de tantas visitas a Moncorvo do Embaixador da Argentina e de protocolos celebrados com universidades e parangonas de jornais, como explicar tal confusão de nomes? -----

Obviamente que eu não sei se devo culpar a Google por este insulto. Certamente que eu não estranho o silêncio da Embaixada da Argentina em Lisboa, porque admito que não saibam do caso. Naturalmente que não atribuo a responsabilidade direta à Câmara Municipal. -----

Mas gostaria de saber quem foi que enviou os mapas e a informação sobre a "Avenida José Luís Borges" para a Google. Se o Sr. Presidente da Câmara puder informar esta Assembleia, eu agradeço. Se não foram os serviços da Câmara e alguém o fez por malícia, desejarei que

se proceda contra esse alguém. E como à Câmara Municipal está entregue a responsabilidade de zelar pelos bens, materiais e imateriais do concelho, recomendo que o Sr. Presidente da Câmara promova, com a maior urgência, as diligências necessárias para a correção de tão desprestigiante invenção toponímica. -----

E deixaria também a sugestão para que na placa toponímica mandasse escrever o nome completo do escritor que se pretende homenagear: Jorge Francisco Isidoro Luís Borges. Assunto encerrado. -----

Mas, nessa mesma viagem virtual no Google Maps, deparei com outra estranha designação toponímica: Estádio Moncorvão, em vez de Estádio Eng.º José Aires. -----

Que não gostem do nome que, bem ou mal, foi atribuído ao campo de futebol pelos que o construíram, eu compreendo. Aliás, fui um dos que criticaram aquela atribuição toponímia de alguém que então era Vereador da Câmara Municipal. -----

Mas se agora não gostam do nome, então procedam à sua mudança. Mas não brinquem, ou não deixem que brinquem com os Moncorvenses. É que a ofensa não resulta em prejuízo do Eng.º José Aires, antes pelo contrário, o dignifica. A ofensa resulta em prejuízo da comunidade Moncorvense, em prejuízo da generalidade da população desta terra, especialmente da população ordeira e respeitadora dos valores morais e sociais. -----

Tenho dito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Para terminar as intervenções dos membros da Assembleia, o Sr. Deputado Vítor Vieira, se faz favor. -----

-----**O Deputado Vítor Amaro Vieira:** Bom dia. Bom dia, Srs. Deputados, bom dia, Mesa. ----- Respeitante ali ao Sr. Membro João Pavão, tinha uma coisa a dizer. Os membros da Assembleia do Felgar solicitaram essas listagens; o que é de admirar é que solicitaram as listagens de há quatro anos atrás, quando eles estavam no poder, o que é para uma pessoa se admirar. Isso seria, penso eu, para lavar alguma roupa suja. Como a Assembleia do Felgar não serve para isso, ainda não foram disponibilizadas; irão ser disponibilizadas as atuais, não as de há quatro anos atrás, porque nós não estávamos lá. Por que é que haveríamos de facultar de há quatro anos atrás se eles estavam lá? Eles terão mais conhecimento do que nós. Mas, de facto, por acaso, nós já reparámos atualmente que havia pessoas que estavam a pagar a água, mas só estavam a pagar as taxas ao Município, há quatro anos atrás. E estão pessoas que estão aqui presentes hoje, e que estiveram nessa reunião, e ouviram isso mesmo. ----- Portanto, gostaria de deixar isso, não podia deixar passar isso. -----

Q *M.*
Pe do



-----**O Presidente de Mesa:** Estas moções vão ser votadas. Sim, vão ser votadas. Outra moção? Vamos fazer assim: expõem a moção, depois fazemos a votação, e responde o Sr. Presidente da Câmara. Faça favor. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Ora, esta é só uma posição relativamente à regionalização, e é uma proposta do nosso deputado António Júlio, e sublinho que vou proferir porque o tema da regionalização é um tema que deve ser discutido a nível intergeracional, e cá estaremos para ajudar o Sr. António Júlio nesta proposta que ele aqui apresenta. -----

Eu vou passar à leitura: -----

“Desde o princípio da nacionalidade que a organização administrativa do país foi uma preocupação dos governantes. E por sete séculos prevaleceu a divisão estabelecida pelos nossos primeiros reis e plasmada nas Ordenações Afonsinas, o nosso primeiro Código Administrativo. Nesse Código prevalecia a então designada Comarca de Trás-os-Montes e Alto Douro. -----

Na segunda metade do séc. XIX, com o Liberalismo, a comarca passou a ser designada por província e foi esvaziada de muitas valências e órgãos de poder, criando-se então os distritos que, na província Transmontana e Alto Duriense, passaram a ser o de Vila Real e Bragança. --- Com a revolução do 25 de abril e a nova constituição, foi estabelecido o objetivo nacional da extinção dos distritos e criação das regiões. -----

Na verdade, mais de quarenta anos depois, não só a regionalização continua por fazer, como a situação se transformou num verdadeiro absurdo com a criação das comunidades intermunicipais. -----

Com efeito, embora se tenha extinguido o cargo de governador civil de distrito, a orgânica distrital mantém-se, na atuação da maior parte dos ministérios. No caso concreto de Torre de Moncorvo continuamos pertencendo ao “distrito” de Bragança no que respeita aos seguintes setores de atividade: -----

- *Segurança Social – Ministério do Trabalho e Segurança Social; -----*
- *Forças de segurança: GNR e PSP – Ministério da Administração Interna; -----*
- *Cobrança de impostos – Ministério das Finanças; -----*
- *Tribunal e conservatórias de registo civil e notariado – Ministério da Justiça; -----*
- *Serviços de saúde – Ministério da Saúde. -----*

Por outro lado, o nosso concelho está integrado numa informal “região norte” e dependente do Porto / Vila Real em serviços como: -----

- *Emprego e formação profissional – Ministério do Trabalho e Segurança Social; -----*

- *Turismo – Ministério do Planeamento e Ambiente.* -----

Porém, no que respeita ao planeamento, estatísticas, obras públicas... fomos, de certo modo, obrigados a integrar-nos na Comunidade Intermunicipal do Douro e aí estamos, politicamente representados, tanto ao nível de Câmara, como de Assembleia Municipal. -----

Agora veja-se o absurdo da situação: -----

- Continuamos pertencendo ao distrito de Bragança no que respeita a eleições de deputados e representação parlamentar; -----

- O nosso arquivo municipal faz parte integrante do arquivo distrital de Bragança e as próprias atas de reuniões e decisões dos nossos órgãos municipais referentes à CIMDouro têm como destino obrigatório legal o arquivo distrital de Bragança, onde, aliás, se encontra a maioria das nossas referências históricas, estudos regionais e fontes arquivísticas. -----

Tendo em conta as situações descritas e outras mais que poderiam invocar-se, os representantes do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo apresentam a seguinte moção: -----

- *Manifestar perante o Governo Central e a Assembleia da República o desejo desta Assembleia de ver instituídas as regiões administrativas, iniciando-se o mais breve possível o processo de regionalização.* -----
- *Manifestar o desejo de ver criada uma região administrativa de Trás-os-Montes e Alto Douro, correspondendo aos imperativos históricos e geográficos.* -----
- *Que desta moção seja dado conhecimento a todas as Câmaras e Assembleias Municipais da região, atualmente integrantes das CIMDouro, CIM Alto Tâmega e CIM Trás-os-Montes.”* -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Ora, o processo que vemos, da criação das CIM's, é claro que estamos a meio do processo, em que, por enquanto, por exemplo, falavam ??? não é a CIMDouro, Vila Real pertence à CIMDouro. ??? em Espanha, como foram criadas as regiões administrativas, pós-Franco, pós-democracia. Foi criada a região La Rioja, que historicamente não tinha enquadramento, e foi criada para promover uma marca na região ???, tal como aqui se criou o Douro. Ou seja, nós pertencemos à região do Douro, e esse património cultural é baseado na geografia, é algo que o Legislador tentou promover com um nome. -----

Ainda voltando à proposta do PS, o que eu estou a perceber é que querem uma reversão do que se passou até agora, ou seja, voltar ao que estávamos há dez anos atrás. Eu concordo

Edo



que a regionalização deva ser feita, concordo até que devia ser maior, se calhar o interior todo, parece que seria uma região muito grande, mas há uma igualdade entre estes povos. Como o Sr. Presidente da Câmara falou há bocado, há essa tentativa, foi pena o timing da criação ser em ano de eleições autárquicas. -----

Por isso, a minha tendência de voto será “não” sobre essa moção. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. -----

-----**O Deputado José Carlos Meneses:** Muito bom dia a todos os presentes. -----

Eu só queria relembrar, porque também ouvi a moção, mas ela é muito exaustiva para decorar quase tudo, e houve a situação que mencionou o deputado João Pavão sobre o Centro de Emprego, ou seja, estar adstrito a Vila Real, e não a Bragança. Mas, o Centro de Emprego está em Vila Real. Eu só queria, porque eu ainda me recordo quando foi a campanha para as legislativas, ser bandeira desse candidato Jorge Gomes. O único problema é que ele já saiu do Governo e não cumpriu essa vontade de passar o IEFP para Bragança. Acho que foi isso, não foi? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, vamos votar as moções que foram apresentadas. -----

A primeira moção é sobre a regionalização. Punha esta primeiro a votação, porque estava a discussão mais quente. Não há problema, alteramos a ordem. -----

Vamos votar a proposta dos membros do Partido Socialista relativamente ao regime excecional das redes secundárias de faixas de gestão de combustível / Sistema Nacional de Defesa da Floresta. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 8 votos a favor (dos deputados António Eduardo Carvalho, João Pinto Pavão, Maria de Lurdes Reis, Fausto Edmundo Tiago, António Júlio Andrade, António Júlio Sá Andrade, Luiz Marcelino Lopes e Maria Amélia Cabeleira (PS)) e 20 abstenções **aprovar** a proposta relativa ao “**regime excecional das redes secundárias de faixas de gestão de combustível / Sistema Nacional de Defesa da Floresta**” .-----

-----**O Presidente de Mesa:** Agora vamos votar a proposta do PSD e do CDS sobre o mesmo assunto. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 19 votos a favor e 9 abstenções (dos deputados António Eduardo Carvalho, João Pinto Pavão, Maria de Lurdes Reis, Fausto Edmundo Tiago, António Júlio Andrade, José Aires, António Júlio Sá Andrade, Luiz Marcelino Lopes e Maria Amélia Cabeleira (PS)) **aprovar** a proposta relativa ao “**regime excecional das redes secundárias de faixas de gestão de combustível / Sistema Nacional de Defesa da Floresta**” .-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito bom dia a todos, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Cumprimentar todos os eleitos, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia, o Executivo na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, cumprimentar também o público aqui presente e agradecer a sua presença. -----

Neste sentido, eu queria apresentar, então, uma declaração de voto relativamente à abstenção na apresentação da moção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, considerando, de facto, este um assunto e uma matéria da maior relevância para o Município de Moncorvo, e na sequência do ocorrido no ano transato de 2017, em que o nosso país, infelizmente, foi assolado por uma grande onda de fogos, até à data conhecida, que provocou também o maior caso de vítimas mortais, algo que nos deve permanecer na memória ??? dessas mesmas vítimas, temos, de facto, de agir, não podemos baixar os braços, no que diz respeito ao combate aos incêndios e à prevenção. Declarar que me abstive porque acho que o ordenamento do território e a defesa da floresta é, de facto, uma proposta, uma questão central para os Municípios portugueses, e para o Município de Moncorvo em particular, por estar ciente das suas responsabilidades, mas também não podemos desresponsabilizar os Municípios. O Sr. Presidente referiu, e bem, numa intervenção anterior, que o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios se encontra a vigorar até 2020, quando ele chegou à autarquia, de facto, também já existia esse plano, e bem, é algo que é trabalhado no âmbito da Proteção Civil Municipal, enquanto que também nos chegou, neste caso, foi tornado público, na sequência dos grandes incêndios do ano transato, que havia Municípios que não tinham qualquer plano concebido, ao contrário do que estava previsto legalmente, e que hoje também enfrentam, neste caso, processos judiciais, porque têm que ter essa responsabilidade. Agora, no Município de Moncorvo, também temos que verificar o que é que foi feito nos últimos quatro anos. E aí o meu sentido de voto, porque quando este Executivo e o Sr. Presidente da Câmara chegou ao Município, e ganhou as eleições de forma democrática, em 2013, também tínhamos um gabinete que estava constituído, que era composto por dois engenheiros florestais, e hoje não temos nenhum; tínhamos também, neste caso, uma equipa de sapadores, e essa equipa

Rede



de sapadores deixou de existir. Pelos vistos, há vontade de ter, através da CIM, novamente uma equipa de sapadores ???.

E é tudo. Obrigado.

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos passar à votação da proposta sobre a regionalização, apresentada também pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 9 votos a favor (dos deputados António Eduardo Carvalho, João Pinto Pavão, Maria de Lurdes Reis, Fausto Edmundo Tiago, António Júlio Andrade, José Aires, António Júlio Sá Andrade, Luiz Marcelino Lopes e Maria Amélia Cabeleira (PS)), 18 votos contra e 1 abstenção (do deputado Luís Rei (Coligação PSD/CDS)) **rejeitar** a moção apresentada.

-----**O Presidente de Mesa:** Só dizer o seguinte: eu abstive-me por uma questão simples: eu sou a favor da regionalização; o problema é que tipo de regionalização e com quem, porque se nos juntam outra vez ao Porto, ou a Braga, enfim, é melhor esquecermos. Eu sou defensor de uma regionalização, mas é uma regionalização de interior com interior, e não interior com litoral. Mas, isso é outra discussão. Aconselho a ler a todos, já agora, o artigo que José Ribeiro e Castro, que foi líder do CDS, publicou na semana passada no jornal Público. Aconselho vivamente a ler.

Passamos, então, ao Sr. Presidente da Câmara, que já está ali há imenso tempo à espera para poder responder.

-----**O Presidente da Câmara:** É sempre ótimo quando há vivacidade nas Assembleias Municipais, isso é bom.

Bom, Sr. Deputado João Pavão, não é só a Brigantia-EcoPark, é a própria Regia Park. A Regia Park é – e atenção ao que eu vou dizer, não quero que encarem isto de uma forma concreta – é um sorvedouro de todos os concelhos à volta. E repare que a Regia Park até fica ali próximo de Sabrosa. Sabe que as empresas vão saindo de determinados concelhos e vão ser colocadas onde nós também, enquanto Município da CIM Douro, também estamos. Pronto, isto para lhe dizer que não é por aí que vamos resolver. Eu acho que temos um ninho de criação de empresas, estamos de acordo. Aliás, uma pequena inconfidência: ainda estou à espera, há mais de dois anos, que um representante da Altice venha reunir com o Município de Moncorvo, e uma proposta concreta que nós fizemos para a aquisição desse edifício, para conseguirmos ter aí os serviços municipais, onde hoje funcionam os CTT, e fazermos uma parceria onde era a Portugal Telecom para um ninho de criação de empresas. Isto está escrito já há mais de dois

anos, esta é a nossa ideia, e gostaríamos de o fazer. E congratulá-lo – não é uma resposta à congratulação por ter sido eleito Presidente do Conselho de Jurisdição, mas da empresa que criou em Moncorvo, que sei que está a funcionar – aliás, há mais pessoas aqui, algumas das quais vieram até da Covilhã para Moncorvo, e obviamente que isso é sempre salutar. E ninguém mais, independentemente do Partido que exerce as funções num determinado momento, quererá que os seus jovens qualificados regressem à sua terra. Isso é o que melhor pode acontecer a qualquer um que esteja nestas funções. -----

Mas, repare a situação: acabei de dizer há pouco, na minha intervenção, que o melhor que podíamos fazer era esquecer as questões partidárias e fazermos um documento único que mostrasse a nossa força pelo concelho, e o Partido Socialista não conseguiu chegar a um acordo em algo que está escrito na própria Lei, que é que aos Municípios que não cumpram é retirado vinte por cento (20%) do FEF. É isso que eu não percebo. É que se fosse uma invenção, mas não, está escrito na Lei. E o PS, ou o Grupo do PS, mas quem tem interesses na escada elevatória da hierarquia do PS distrital, nacional, ou seja o que for, não conseguiu aceitar o que está na Lei a favor do concelho. E isso é que eu não posso aceitar. São estas “partidarites”, são estas formas de querer elevar-se dentro do próprio Partido, que não têm coragem de aceitar algo que está escrito na própria Lei e que o Ministro e o Secretário de Estado tiveram a coragem de pôr lá. É esta a unidade que querem para o concelho? Conseguirmos mascarar a própria Lei? Bem, isto é inédito, nem o Presidente da Associação Nacional de Municípios fez isso, e não podemos criticar um senhor que não seja do PS, e que por mim até está calado demasiadas vezes. Isso é que eu não consigo entender, e deixo isto para reflexão. -----

Mas mais, aspas: “De Torre de Moncorvo para o mundo: a Startup FullNumber de Torre de Moncorvo vai à Web Summit mostrar soluções informáticas associadas à segurança de bens transnacionais, sendo a única representante de Trás-os-Montes na cimeira tecnológica. Parabéns, Paulo.” Assinado: João Pavão. De Torre de Moncorvo para o mundo. Criação, 23.03.2015; sede: Torre de Moncorvo; aumento de capital, 28.12.2017; sede: Torre de Moncorvo. É o que está lá. E eu pus aspas, porque não vou tirar o mérito a quem deu o louvor, que foi o Sr. Deputado João Pavão. -----

Mais, Sr. Deputado, perguntar ao Executivo o que é da responsabilidade de uma Assembleia de Freguesia é retirar aos seus próprios elementos da Junta de Freguesia as capacidades que têm. Mais, é que ainda é maior o erro – e eu quero acreditar que foi uma má explicitação, mas não um desconhecimento, porque se há uma coisa que eu respeito é que os Srs. Deputados, quando falam, têm conhecimento e estudo das causas. Eu tenho a certeza disso. Mas, Sr. Deputado, esqueceu-se aí de uma coisa: é que a União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha é uma entidade gestora, tal como o Município, em paridade. Em paridade. Portanto, não

Redo

peça à Câmara uma coisa que é da competência da Junta de Freguesia. Mais, e aqui é que está uma desigualdade: com o Presidente da Junta da União de Freguesias do Felgar e Souto da Velha tentámos, há quatro anos atrás, fazer um acordo, um protocolo, numa coisa muito simples: um protocolo onde as pessoas que não pagassem as taxas municipais, lhes deveria ser cortado o abastecimento de água, que é uma coisa que acontece em sede do concelho, e em muitas das freguesias, à exceção – digo-lhe já quais são: Açoreira, e União de Freguesias de Felgar e Souto. Tirando essas duas, se não pagarem as taxas, as taxas que, segundo o regulamento – e é do conhecimento de todos – a ERSAR nos faz os pareceres, que não são vinculativos mas se não o fizerem, nós atuamos, essa sim, essa é uma forma que não é legal e leva à desigualdade. Mas agora, repare: eu não posso fazer isso, porque não quero, não vou – a não ser que seja por consenso – entrar em litígio com Juntas de Freguesia que têm esse poder atribuído a elas, por serem entidades gestoras. Não posso; por Lei, não posso. Ou seja, temos que chegar aqui a um consenso. E foram anos e anos. E aqui quero ressaltar uma pessoa, e respondo já ao Sr. Deputado António Júlio Andrade: das pessoas que mais trabalhou para isso, para conseguirmos que essa fórmula encontrada fosse retirada, foi o Eng.º José Aires, foi das pessoas que mais trabalhou para se conseguir que houvesse uniformidade no concelho. E não conseguiu; não conseguiu. Continuaremos a trabalhar até ao dia – e isto vai chegar, mais tarde ou mais cedo – em que os pareceres da ERSAR passem a ser vinculativos, e cheguem aqui e estipulam o que querem. Mais tarde ou mais cedo isto vai acontecer. Portanto, eu até acho que deveríamos ser nós os pioneiros e conseguirmos fazer com que as entidades gestoras fossem ??? porque como sabe também, o regulamento da ERSAR diz quem são as entidades gestoras, mas depois, se houver incumprimentos, a única entidade cumpridora, e a única entidade que responde perante outros é o Município, ou seja, a Câmara Municipal. E não é o Sr. Presidente da Junta que se senta a responder; é o Presidente da Câmara. Por isso, a mim custa-me muito – e isto, já vão perceber onde é que eu vou – deixar de ter aqueles poderes que a Lei me confere (bem ou mal feita) e dá-los a outras entidades quando não têm a mesma responsabilidade. E quando não temos a mesma responsabilidade e o mesmo poder, podemos fazer tudo o que queiramos porque temos liberdade, mas depois a responsabilidade é sempre dos mesmos. E eu, então, assumo a responsabilidade pelos meus atos, e pelos atos que pratico em nome do Município, obviamente, bem como os Srs. Vereadores. -----

Agora, para não estar preocupado, e para depois poder ir confirmar na contabilidade, valores retirados da execução do plano: Feira Medieval (com IVA), sessenta e três mil, trezentos e quarenta e cinco euros (63.345€), com IVA. Feira do Artesanato, dezoito mil, quatrocentos e cinquenta (18.450€), com IVA. E Feira dos Produtos da Terra, catorze mil, cento e quarenta e cinco (14.145€), com IVA. Em vez de três momentos, e como já alguns têm alguma urticária de

não termos feito nenhum evento para assinalar o final do ano, imagine como era antigamente, que isto estava repartido em três fases: havia a Feira do Artesanato, depois a Feira de Produtos da Terra, e a Feira Medieval. Nós juntámos tudo e conseguimos um grande evento. E conseguimos uma coisa: é que conseguimos chegar a um acordo com o IEFP para fazermos formação profissional, onde grande parte dos artefactos de madeira, seria dada informação em Torre de Moncorvo. E vou-lhe dizer já outra coisa: é que o próprio IEFP nos pediu para emprestarmos o que nós temos para a Bracara Augusta, em Braga, e custa muito mais. Mas, dizer-vos também outra coisa: que a semana passada veio cá uma representante das escolas de Chaves a pedir formação e se lhe davam alguns trajes, e ver como é que funcionava, para levarem para Chaves, o que quer dizer que tem funcionado. E foi a escola, tal como a escola foi promotora aqui em Torre de Moncorvo. E eu termino dizendo, quanto à Feira Medieval, que é um sucesso. Podem dizer o que quiserem, é um sucesso. -----

Quanto à Amendoeira em Flor, a Amendoeira em Flor, nos moldes em que era feito, acabou, e acabou no ano após a queda da ponte de Entre-os-Rios. Esqueçam. Hoje, o turista que vem, vem de carro, não vem em autocarros. Vem de carro. E então, havia que a dinamizar de alguma forma. Eu percebo que alguns gostariam de ter aqui a RTP, a TVI ou a SIC a fazer o "Portugal em Direto", mas isso para quê? Para serem filmadas as primeiras quatro ou cinco filas para a frente, e depois não tem ninguém atrás? O que nos interessa a nós não é aquele que vem no autocarro com farnel, e que depois fica por aquele muro – e agora aproveitando as obras do PARU, até ficavam muito melhor do que quando estavam instaladas no Santo Cristo, com aquele muro em granito, todo bonito, até ficavam bem. Mas, não é isso que nos interessa; o que nos interessa é aquele que vem e vai aos restaurantes, porque é uma forma de deixarem o dinheiro. Esse é que é. E portanto, eu se calhar duvido, mas se calhar ainda não viram o cartaz, o cartaz está aqui, em que conseguimos com o Turismo do Porto e Norte de Portugal que os Fins de Semana Gastronómicos fossem incluídos na Flor da Amendoeira. Temos dois fins de semana onde as atividades e as animações musicais são feitas por grupos da terra. Não vamos contratar fora, são feitos com grupos da terra. O mercado de agosto da Amendoeira em Flor é para os produtores, para os pequenos produtores, aqueles que não conseguem escoar o seu produto, poderem estar no mercado a escoar. Eu entendo que esta é que é a dinamização do mercado tradicional. Agora, eu não consigo fazer uma coisa – e aí, se me ajudarem, eu agradeço-vos o apoio: é conseguir que os comerciantes estejam abertos ao domingo. Porque reparem, um produto tradicional, nós conhecemo-los todos, mas quem vem de fora, vem ao sábado ou ao domingo. Se estiverem fechados ao domingo, não adquirem, e não se cria riqueza, como é óbvio. Portanto, houve um paradigma novo na Feira Medieval. E eu, de vez em quando, quando tenho tempo, até gosto de ver os programas da RTP, e salvo erro da TVI, ou da SIC, já não sei; sei que um estava em Foz Coa, e outro estava em Figueira

A. M. Pedro



de Castelo Rodrigo, e ambos apareciam lá, a Rainha da Amendoeira em Flor – eu já não sei quantas rainhas há, ou há dois reinos para haver duas rainhas, ou não sei. O que lhes trago é um dado que é um dado estatístico: na região do Douro foram plantados quinhentos e noventa e cinco hectares de amendoeira, quinhentos foram no Concelho de Torre de Moncorvo. Isto é que é um dado estatístico, não é o Big Brother, ou aparecerem a dançar à frente das televisões. Isto é um dado estatístico, e isto é que representa o cultivo da amendoeira, quinhentos e noventa e cinco hectares, dos quais quinhentos aqui, em Torre de Moncorvo. Para saberem a fonte de informação, Missão Douro da CCDR; não é minha, é a Missão Douro. Podem ir lá retirar todos estes dados. -----

Dizer-vos também, quanto aos protocolos, são coisas completamente diferentes. O Município de Torre de Moncorvo tem dois protocolos: um protocolo para o transporte de doentes não urgentes, e nesse, qualquer pessoa que não tenha capacidade financeira está integrada, num protocolo que existe com os Bombeiros Voluntários. Esse é um. O outro é um protocolo de transporte para qualquer IPO. Esse não tem a ver com questões financeiras; tem a ver exclusivamente com pessoas portadoras dessa doença. São distintos e os dois estão acautelados, quer em Orçamento, quer para este ano. E eu espero que se prossiga e que se conseguirmos ir mais além, que consigamos ir mais além. A justificação para um tem a ver com necessidades socioeconómicas; para outro, exclusivamente por serem portadoras daquela doença. Não sei se sabem, mas a informação que me foi fornecida foi que houve um concurso para transporte de doentes oncológicos, foi ganho por uma empresa de Famalicão que faz o país, mas isto tem custos, e os custos também são, para além dos custos monetários, os piores são os custos sociais. E regressando nós ao Distrito de Bragança, se houver dez, um em Moncorvo, outro em Vimioso, eles têm que juntar tudo para irem ao Porto. E o que eu não posso aceitar, não posso conceber, não quero que seja para as pessoas de Moncorvo, é que um doente que tenha já esse problema oncológico, tenha que estar às três da manhã para apanhar uma carrinha e para fazer o circuito para apanhar doentes, e depois de um tratamento, que aqueles que tiveram que o passar, infelizmente, sabem o que custa, esperem pelo último tratamento para regressarem a casa, por vezes às quatro ou às cinco da manhã. Isso não vai acontecer com as pessoas de Torre de Moncorvo. Esse é um compromisso meu, e tenho a certeza absoluta que é um compromisso de todos nós que aqui estamos. -----

A Rua do Poço, iremos ver o que é que se passa. Não tem razão para ser, mas iremos ver o que se passa. -----

Agora, Sr. Deputado, talvez pelos conhecimentos que tem me possa explicar uma coisa: em Torre de Moncorvo, também é público, arderam cerca de oito mil hectares, e em Alfândega da Fé, setecentos, não chegou a setecentos. Em Caminha, não tenho noção de quantos é que arderam, mas não arderam, de certeza, estes hectares todos. Explique-me lá por que é que o

anterior Secretário de Estado – já que estamos a falar do Secretário de Estado – e o Ministério, entendeu que os Municípios que deviam ter prioridade no estudo para implementação do cadastro foi Alfândega da Fé e Caminha – que por coincidência são os dois do Partido Socialista, mas não está isso em causa, de certeza absoluta. Caminha até tem uma frente de mar, e a floresta deve crescer por ali fora, de algas. E Alfândega da Fé teve este problema de setecentos hectares. Por que é que foram estes dois Municípios escolhidos, quando tivemos o que tivemos em Pedrógão, o que tivemos em Torre de Moncorvo, o que tivemos em todo o nosso interior? É por isso que, às vezes, a política, quando não se consegue tirar o casaco que vestimos, depois dá o que dá. -----

Dizer-lhe também que o que estamos a falar – é bom não haver aqui dúvidas – é que uma coisa é o que temos que fazer para os aglomerados urbanos – Sr. Deputado, isto é importante, porque às vezes podemos confundir e transmitimos às pessoas lá fora ideias erradas. Uma coisa são os aglomerados urbanos; outra é a área florestal. Esta lei está a incidir nos aglomerados urbanos. E dizer-lhe que também, já que estamos nos incêndios, ao Sr. Deputado José Aires, que como muito bem disse, que havia dois licenciados no Gabinete Florestal – duas; agora com a igualdade de género, na ata tem de ser duas, duas engenheiras florestais. Pois bem, até nisso conseguimos ter igualdade de género: é que um que está lá é engenheiro florestal, e a outra é mestre. É que são dois, só que um tem mestrado, é um bocadinho mais do que licenciatura, e outro é engenheiro. É para dizer que este erro que estão a cometer, ao dizer que não existe, existe, e foi um grande trabalho. Como estão a cometer um erro quando falam dos sapadores que existiam. Aquilo era uma associação, uma associação que fazia privado e que fazia público. Quanto ao privado, não temos razões de queixa; quanto ao público, tínhamos muita razão de queixa, até porque o financiamento era feito também a partir do que se conseguia fazer em terrenos privados. E se eu lhe disser que há mais de cinco anos que está inativa – há mais de cinco anos que está inativa – no Concelho de Torre de Moncorvo, estes são os dados. Mas, essa associação é o tal acordo que estamos a fazer entre ficar no território de Vila Flor, e nós com outra aqui. Eu acho que ficamos a ganhar todos, é uma forma em que todos ficamos a ganhar. Quanto mais, melhor, independentemente de esta ser do PSD, aquela ser do PS, CDS, PCP, o que for. Quanto mais conseguirmos trazer para cá, e a trabalhar – porque só ter o nome e estar por aí, não vale a pena. -----

Sr. Deputado António Júlio Andrade, gostei da sua preleção, como é óbvio, mas há mais casos. Como sabe, o Google não somos nós. O que é que nós já fizemos? Várias reclamações, várias. Mas, aproveito, porque é uma coisa que nas Assembleias Municipais, para aqueles que já andam cá há uns tempos, diziam sempre que era a má classificação do ranking da escola, aproveitar para dar ao Sr. Presidente da Assembleia, na qualidade de Diretor também da escola, os parabéns pelo ranking. É que não sei se repararam, ou se tiveram curiosidade, eu

Handwritten initials and signature in blue ink.



por acaso tive a curiosidade de ir ver isso, e vi que, por exemplo, até ao nono ano, no Distrito de Bragança, só a Escola Secundária Emídio Garcia ficou melhor do que nós, com umas míseras dezanove décimas, e que estamos muito bem posicionados na CIM Douro, com três apenas à nossa frente. Eu gostava de dar estes parabéns, porque muita gente se esquece de dar esses parabéns. E também dizer que estamos no concurso da literacia, com representantes de alunos de Moncorvo. -----

Agora, quando vejo no próprio jornal em que o Sr. Deputado foi Diretor, dizerem “José Luís Borges”, e eu a dizer que é “Jorge Luís Borges”, é só fazer uma retrospectiva para quando assinámos o protocolo, que aparecia “José Luís Borges”. Mas, também não deixo de lhe perguntar uma coisa: é “Isidro” ou “Isidoro”? Isidoro. Mas, o que eu entendo é que como ele é conhecido mundialmente, é por Jorge Luís Borges. E portanto, é esse o nome que deve constar, Jorge Luís Borges, porque senão teríamos que pôr “Jorge Francisco Isidoro Luís Borges Acevedo”, esqueceu-se do “Acevedo”, porque ele depois integrou. E portanto, pôr este nome, diriam: “Quem é o Jorge Azevedo?” Se for “Jorge Luís Borges”, provavelmente as pessoas saberão. -----

Mas há pior, e isto das queixas que nós fizemos à Google já: a Rua Doutor Ramiro Salgado, sabe como é que eles puseram? Armindo Salgado. Já fizemos queixa. Também Padre Joaquim Rebelo, puseram “Rua da Corredoura”, só para ver. Estes são alguns exemplos. -----

Quanto ao estádio, eu não tenho nada contra o nome do estádio. O estádio continua, e continuará, enquanto eu estiver aqui, a ser Estádio Municipal Eng.º José Aires, esse é um ponto, porque independentemente do lado em que estamos ou das opções políticas que temos, eu respeito o trabalho que é feito. E aliás, ao contrário de alguns – e estou certo que ao contrário de alguns que aqui estão, se tivessem ganho – eu não pedi auditorias; fui à DGAL e disse que assumiria o que tinha sido feito, e assumi, e por isso estamos a pagar. Eu não sou daqueles que olho para trás a ver se levanto fantasmas. Havia uma dívida, uma dívida enorme, tinha que se pagar, e foi isso que foi feito; não há auditorias para ninguém. O que há é uma forma coerente de se ver quem está nestes lugares. E não é o A, o B ou o C; é a entidade Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, Município de Torre de Moncorvo. Será assim até ao dia em que eu estiver aqui. -----

Quanto à regionalização, permitam-me também só dizer algumas coisas. Bom, estamos num período bom para se discutir essas coisas: temos o líder do maior Partido português acabado de empossar que é a favor da regionalização (todos sabem), temos um Primeiro Ministro do segundo maior Partido português que é a favor da regionalização, e estamos num período em que não vai haver eleições. Mas, isto só é possível se pusermos de lado aquilo que nos divide, que muitas vezes são siglas, do que queremos. E foi um mau presságio, e lamento que tenha sido este mau presságio, não conseguirem transcrever o que está na Lei feita pelo Governo do

PS, que é a retirada de vinte por cento (20%) ao FEF. Isso foi um mau presságio, mas estou certo de que são coisas menores, tendo em conta a regionalização. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** É assim, repare, se formos seguir o Regimento, só há uma ronda; excepcionalmente já se ouviram duas rondas de intervenções, porque o que diz, já agora, é o que diz o Regimento. Defesa da honra? A que título? Isso não é defesa da honra, pedido de esclarecimentos. Nunca vi essa situação. Pronto, mas vai haver agora uma intervenção na informação do Sr. Presidente, se quiser abordar esse assunto. -----

Vamos passar ao Período da ordem do dia. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires (PS)**, **João Augusto Leal Leonardo (Coligação PSD/CDS)**, **João Pavão (PS)**, **Francisco Braz (Coligação PSD/CDS)**, **Fausto Edmundo Tiago (PS)**, **Luís João Fernandes Dias (Coligação PSD/CDS)** e **António Júlio Andrade (PS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor, relativamente ao primeiro ponto do período da ordem do dia. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Aqui, eu irei ser muito breve, dado o adiantado da hora, não que não seja importante estar aqui, porque é importante, mas para vos dizer também que hoje iremos ter uma reunião em Torre de Moncorvo com todos os Municípios do Douro Superior e as associações, os Grupos de Ação Local, para organizarmos, de alguma forma, a nossa perspetiva, e também a dinamização que os Grupos Locais pretendem para o novo Prodouro. Será aqui em Torre de Moncorvo, com os parceiros, e portanto, se eu não conseguir estar até ao final, será única e exclusivamente por causa disso, porque vêm a Torre de Moncorvo e estarão cá todos os parceiros do Douro Superior. -----

Dizer-vos só que continuamos na senda daquilo que eu entendo que é o apoio às iniciativas culturais, nomeadamente a quem escreve sobre o concelho ou é do concelho, e isso não nos -----

Eds

retira a capacidade de fazermos aquilo a que também somos obrigados. Eu recordo-me que numa Assembleia anterior se dizia que havia pouco investimento, pouco investimento e muita parte cultural. Pois bem, agora eu trouxe-vos aquilo que está a decorrer no âmbito da PARU: como podem ver, a Praça Padre José Gomes da Costa está a bom ritmo, está a finalizar, estamos já na fase do calcetamento; continuam a decorrer as seguintes obras comparticipadas no POSEUR: requalificação das unidades de tratamento de águas residuais de Urros, requalificação de unidades de tratamento de águas residuais da Cardanha, requalificação de unidade de tratamento de águas residuais dos Estevais, o fecho do subsistema da Açoreira, o fecho da SAR do Felgar, Souto da Velha, Larinho e Torre de Moncorvo, redução da poluição da massa de água na Junqueira, o fecho do subsistema da Horta da Vilariça, a redução da poluição nas massas de água em Nozelos, requalificação de unidades de tratamento de águas residuais na Vide, requalificação da unidade de tratamento de águas residuais em Maçores, requalificação da unidade de tratamento de águas residuais no Peredo dos Castelhanos. -----

Convidar-vos também – irão receber, obviamente – para o 19 de março, Dia do Município, no hastear da bandeira, e para todas as demais atividades. -----

E não me alongando, dizendo-vos só que a situação financeira – eu, na situação financeira, gosto de mostrar os números que vocês têm à vossa frente, que é que passámos de um saldo do período de sete milhões, trezentos e oitenta e nove mil, quinhentos e doze (7.389.512€) em dezembro de 2017, para um saldo de quatro milhões, oitocentos e seis mil, setecentos e sessenta e nove (4.806.769€) a 20 de fevereiro. Isto tem muita a ver com as dívidas de terceiros para com o Município. Estas obras todas, como é óbvio, têm contrapartida europeia. E portanto, estamos a falar aqui de comparticipações do QREN e outras entidades, num crédito a favor da Câmara de cerca de cinco milhões de euros (5.000.000€), mais propriamente, para quem gosta de anotar bem os números, quatro milhões, oitocentos e sessenta e oito mil e novecentos euros, ponto oitenta e um cêntimos (4.868.900,81€), e de clientes contribuintes ou de utentes devedores, temos um crédito de cento e noventa e dois mil, setecentos e setenta e oito euros (192.778€). -----

Portanto, esta era a informação que eu entendo ser a mais importante, e tudo o resto, vocês, como estiveram no Concelho de Torre de Moncorvo, tiveram oportunidade de ver o que se realizou de dezembro até março, sendo que estas são, sem dúvida, aquelas que poderão passar despercebidas, porque há obras que não se veem. E portanto, teria que vos alertar para isto. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão abertas as inscrições. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Agradecer ao Sr. Presidente a explicação feita na apresentação do relatório da atividade municipal. Deixar apenas uma questão, porque não posso deixar de referir os investimentos que foram efetuados no âmbito do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência dos Recursos, ??? POSEUR, questionar apenas se serão estes investimentos que estão previstos, ou que estão a decorrer, ou que já decorreram, alguns deles, se estes investimentos irão ser geridos pelo Município, ou como acontece, por exemplo, no caso de Torre de Moncorvo e de outras freguesias, se ficará integrada nas Águas do Norte.- Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** João Leonardo, faça favor. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Destacamos da informação escrita do Sr. Presidente a realização, de 2 a 4 de março, de mais uma edição do Fim de Semana Gastronómico do Borrego da Churra da Terra Quente, englobado no programa das Amendoeiras em Flor, por promover esta raça autóctone, os restaurantes envolvidos e os produtores locais. -----
Dar ainda os parabéns ao Executivo Municipal pelo contínuo apoio a atividades ligadas à juventude, como o apoio à Missão País, o Torneio Regional de Natação de Cadetes, a realizar no dia 3 de março nas Piscinas Municipais, e pela continuação da realização das rotas de passeios pedestres, como a Rota das Belas Vistas ou a Rota dos Cerieiros. -----

-----**O Presidente de Mesa:** João Pavão, se faz favor. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Sr. Presidente, é bom que haja esta troca de debate com a Câmara Municipal, aliás, quando o Sr. Presidente pede esclarecimentos à Oposição é porque o debate existe, e porque nós queremos todos ??? do Concelho de Moncorvo. E esta iniciativa relativamente à gestão dos combustíveis surgiu porque nós achámos que era necessária essa discussão. Agora, há termos em que se não entrarmos em acordo, e mesmo que sejamos Oposição, os autarcas socialistas e na Associação Nacional de Municípios, são temas em que a Bancada não concorda. Agora, se nós não trouxéssemos aqui nenhuma proposta, também seríamos alvo de debate, que não contribuíamos para o consenso em temas que são gerais para o nosso concelho. -----

Fico triste por há pouco não me deixarem ter evocado o artigo de pedido de esclarecimentos, eu sei que se andássemos sempre aqui com pedidos de esclarecimentos, não saíamos daqui da Assembleia Municipal, mas é um artigo que evoca, e portanto, acho que devia ser honrado, e dá cinco minutos para a resposta, e seria rápido. -----

Redo



Relativamente à “partidarite” de que o Sr. Presidente falou, há temas que nós temos discutido aqui, e é óbvio que o PS, o PSD e o CDS tenham posições diferentes sobre várias temáticas. E é verdade, eu até falei dos dados estatísticos, até falei de um Município do Partido Social Democrata, porque o que são bons exemplos são para ser ditos. -----

E agora, ainda relativamente a Alfândega da Fé ficar com este projeto piloto relativamente ao cadastro dos terrenos, foi uma situação de Alfândega ser um território do interior – e eu sei que Moncorvo também é, mas foi o que o Governo optou – e Caminha ser no âmbito do litoral. Foi essa a opção do Governo. Mas também lhe digo, Sr. Presidente, que não é pela questão de ser do PS, ou do PSD, ou do CDS. Vimos que o Governo aprovou cinquenta milhões (50.000.000€) em regadio, e o Concelho de Moncorvo não está lá. Está lá Alfândega, Mogadouro e Vimioso – PSD. Pronto, são só essas as questões que queríamos fazer. -----

Ainda relativamente ao IPO e ao transporte de doentes, e doentes urgentes, agradecer a vossa postura, e como veem, nós trouxemos aqui assuntos que são diários e do quotidiano do nosso Concelho de Torre de Moncorvo, quer das Juntas, quer da sede do concelho, porque estamos aqui para fazer uma Oposição construtiva, e há temas em que estamos a convergir com o Executivo, e há temas em que não convergimos. Isso faz parte – como diz o outro, “é a vida” – haver convergências ou divergências. -----

E era só este assunto que queria levantar. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de dar a palavra, só dizer que o Regimento diz que no período de antes da ordem do dia só há uma intervenção – no art.º 24.º - e neste caso, fez duas intervenções. No seu caso até foram três intervenções, e queria intervir uma quarta intervenção, que eu achei que não se justificava, com o argumento de defesa da honra. E depois, não são cinco minutos; só são três minutos – art.º 32.º. Aliás, com a apresentação de moções, acabam por ser três intervenções. -----

Vou dar a palavra ao Francisco Braz, se faz favor. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Ora, muito bom dia a todos os presentes, aos Presidentes, aos Presidentes de Junta, ao público, e a toda a gente. -----

Sr. Presidente da Câmara, quero com todo o respeito, e com a devida autorização sua, que certamente me concederá com muito bom grado, incluir aqui no seu Relatório de Atividades a implantação da ETAR da Macieirinha, que já ficou colocada no subsolo na sexta-feira, de forma a se poderem concluir os trabalhos referentes ao Saneamento da Macieirinha. -----

Mais, quero enaltecer a forma como o Sr. Presidente vai operando na condução desta autarquia, conseguindo aos poucos ir melhorando a situação financeira encontrada. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Fausto. -----

-----**O Deputado Fausto Edmundo Tiago:** Ora, muito bom dia a todos. -----

Queria perguntar ao Sr. Presidente sobre a requalificação das águas residuais do Peredo e Urros, exatamente o que é que vai constar – se calhar é falta minha, mas penso que ainda não há nada no terreno (não sei, mas penso que não). Gostava que me dissesse alguma coisa, sobre se o sítio onde existe agora a atual fossa, se o tratamento vai ser afastado da freguesia, porque tem que ser afastado da freguesia, caso contrário o problema vai continuar a manter-se. Eu penso no caso do Peredo; Urros não conheço tão bem, mas no caso do Peredo, a atual fossa dista cerca de cem metros das primeiras casas. Eu penso que é muito fácil levar o tratamento para uma distância a cerca de trezentos metros, dado que os terrenos ali têm pouco valor agrícola, há ali um caminho público por onde a conduta pode ser levada, penso que é fácil fazer isso. Acho que o Sr. Presidente devia dizer alguma coisa sobre isso. -----

E agora, vou falar sobre um assunto que, de facto, tenho andado a pensar já há algum tempo, que é o caso das feiras quinzenais. Moncorvo tem uma tradição, tem um património das feiras quinzenais, que não existem em muitos dos Municípios da nossa região. Por exemplo, em Foz Coa não existe esta tradição das feiras quinzenais. Há uma feira anual, ou duas feiras anuais, e depois há os mercados municipais, que não têm nada a ver com as nossas feiras. Eu por acaso não tenho visto o Sr. Presidente nas feiras quinzenais – mesmo nesta, não foi à feira, foi ali ao multibanco, penso eu. Mas, devia ir, de facto, às feiras, porque este Executivo não tem culpa sobre isso, temos todos culpa sobre isso. Aliás, o PS esteve no poder durante trinta anos, tem mais culpa do que tem o Sr. Presidente. Mas, estou a alertá-lo para uma situação, é que as feiras quinzenais estão a decair de ano para ano, nós vamos e vemos que há, de facto, ali qualquer coisa que está a emperrar o desenvolvimento e a manutenção de feiras pujantes que podem trazer, de facto, um valor acrescentado para o nosso Município. O Sr. Presidente inventou a Feira Medieval, fez muito bem, teve impacto, mas acho que devia pegar nas feiras quinzenais e aproveitar esse património que vem já de tempos ancestrais, e que estamos, de facto, a perder, porque não atuamos. O Sr. Presidente, neste momento, é poder e tem responsabilidades sobre isso, não vai com certeza rejeitá-las. E penso que devia o Município debruçar-se sobre este assunto das feiras quinzenais, e pegar nestas feiras quinzenais com a mesma atitude com que pegou na Feira Medieval, porque pode, de facto, ser o momento para darmos alguma volta a esta situação de marasmo financeiro em que vivemos, e de desertificação, etc. Nós queixamo-nos que os Governos não fazem nada, mas nós muitas vezes, se calhar, também não fazemos aquilo que podíamos fazer. E neste caso das feiras,

Rede



acho que o Executivo deve pegar nesta questão, deve estudá-la, deve ver bem, olhar para elas de uma forma global, atuar junto dos feirantes, junto do público, junto dos transportes. E neste caso dos transportes, para mim causa-me assim... A meu ver, Moncorvo e Foz Coa são dois Municípios que distam dezoito quilómetros, e estão completamente isolados. Nós não temos comunicações diárias com Foz Coa. Eu penso que – eu não imagino Gondomar e o Porto não terem ligações diárias, um autocarro diário. Não sei se isto será possível, mas penso que é uma questão a estudar, uma ligação, tipo autocarro urbano, Moncorvo – Foz Coa, em que o autocarro saía daqui, fazia o trajeto urbano aqui em Moncorvo, ia a Foz Coa, fazia o trajeto urbano, voltava. Não sei se isso terá alguma viabilidade, penso que era de pensar no assunto, essa até é uma maneira de trazer pessoas para a feira. Portanto, pensar bem nesta questão, porque Moncorvo e Foz Coa estão historicamente isoladas uma da outra por quê? Porque o rio era uma barreira. Hoje em dia, o rio não é uma barreira; o rio pode ser um ponto de encontro. Aliás, a barragem, as atividades que se desenvolvem no rio, a pesca, o recreio, a canoagem que se está a fazer, penso que – e agora, que normalmente Foz Coa era PSD, e Moncorvo PS, neste momento as duas autarquias são da mesma cor partidária, se calhar não é por aí que será mais fácil negociar, mas penso que o Sr. Presidente e o Executivo deviam olhar para esta questão de Moncorvo / Foz Coa, haver aqui uma intercomunicação, acolher aqui sinergias que, de facto, podiam ser de valor para Moncorvo e para Foz Coa, porque o isolamento não favorece ninguém. E acho que esta questão das feiras quinzenais, a questão dos transportes, olhar para a feira de uma forma integrada, seria bom para o concelho. Eu não sei se estarei a pensar muito alto, mas acho que o Executivo, e acho que o Sr. Presidente deveria olhar para esta questão com muita atenção. -----

Outra questão: eu venho às feiras e passo ali todos os dias naquilo que era a antiga cadeia, e aquele espaço exterior está completamente degradado. Sr. Presidente, se não passa, devia passar lá, aquele espaço está completamente degradado. Penso que devia haver aqui uma atitude da Câmara no sentido de melhorar ali aquele espaço exterior. Acho que não tem cabimento, na vila existir ali, de facto... ali é onde as pessoas que atualmente vivem na cadeia passam grande parte do seu tempo, mas também as pessoas que circulam por ali, acho que aquele é um bom cartão de visita para a vila. E já agora, perguntava-lhe qual é que é a estratégia para aquelas pessoas que vivem na cadeia, aquilo já vem do Executivo anterior, aquela solução que foi encontrada, se é uma solução definitiva, se é uma solução provisória, o que é que o Sr. Presidente tem, em termos estratégicos, definido para aquela comunidade. Penso que são portugueses como nós, são portugueses que vivem ali, penso que numa situação muito precária, e acho que o Executivo devia começar a pensar numa solução que, de facto, agradasse a todas as partes. -----

É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís João. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Sobre a requalificação das unidades de tratamento de águas residuais, uma das bandeiras do Eng.º Aires Ferreira era precisamente o trabalho que ele fez nesta área. Quando o Eng.º Aires Ferreira chegou, a maior parte da população não tinha o que nós chamamos de esgotos e água potável. Foi um grande trabalho feito pelo Eng.º Aires Ferreira, criar condições básicas para a população. Isto também já foi há muito tempo, há trinta anos, é uma mudança de paradigma, e vemos que este Executivo está a requalificar as infraestruturas criadas por ele, pelo Eng.º Aires Ferreira. A minha questão neste domínio era saber se há uma estimativa do número de metros que há em fibrocimento no abastecimento de água em baixa pressão, quais são os litros de perdas, uma estimativa da percentagem de perda de água no mesmo sistema de baixa pressão, e se o Executivo tem alguma ideia para a melhoria deste sistema. -----

Obrigado. É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Folgo saber que o Sr. Presidente da Câmara está atento às questões da toponímia, e que vai resolver o problema. -----
Quería apenas fazer uma pergunta: era se nas outras entradas de Torre de Moncorvo, da vila, se também vão mandar fazer passadeiras como as que estão naquela estrada, na Avenida Jorge Luís Borges. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara, para responder. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Bom, Sr. Deputado José Aires, a integração é nas águas; os sistemas, as ETAR's, são para as águas, integração e despejo. O equipamento é sempre municipal, somos nós que o estamos a pagar. -----

E respondendo na mesma linha ao Sr. Deputado Fausto, a questão aqui foi que no âmbito deste concurso, os locais tinham que estar licenciados. Agora, qual vai ser a grande diferença? Em vez de termos um sistema de fossa, temos um sistema de tubagem e bombagem para as respetivas ETAR's, que eu espero que consiga resolver esse problema. Agora, aqui no âmbito deste concurso não houve licenciamento de novos locais; há é a resolução dos problemas que eles encararam como tendo problemas locais. Por exemplo, dar-vos este exemplo: Macieirinha,

Peredo



que a obra foi toda feita pela Câmara Municipal. Por quê? Porque o POSEUR rejeitou-a, porque no sistema de recolha de águas, o nível da água era muito bom. Eles vão à recolha da água, e ali são uns quilómetros, mas uns bons quilómetros da fossa. No Peredo não, foram à fossa, que é ali que está depositado, o local foi licenciado, no âmbito da comissão de gestão do POSEUR, entendeu que seria essa uma das que poderia ser candidatas. Foram doze, vamos candidatar mais sete, vamos candidatar mais sete nesta segunda fase, e eu espero que no concelho todo esteja, dessa forma, resolvido esse problema. -----

Quanto à proposta e aos exemplos que o Sr. Deputado João Pavão disse, eu também os conheço, e por certo o Sr. Deputado também conhecerá que a primeira proposta de regadio foi feita por uma associação de Torre de Moncorvo, para o Concelho de Torre de Moncorvo, e até com um projeto que iria mais além, que era aproveitar não só para aproveitamento hidroelétrico o que estava na Barragem do Sabor, mas para regadio. Ainda não obtivemos resposta, não sei se é "sim", se é "não". Sei é uma coisa: que o Plano de Ordenamento da Albufeira, que devia estar concluído há quatro ou cinco anos atrás, ainda não saiu do gabinete da APA, da Agência Portuguesa do Ambiente. Portanto, aguardamos. Mas, essa foi a primeira proposta. E estou certo que naquela comissão que o Sr. Deputado Luís João propôs no mandato anterior, onde fossem discutidas estas questões, conseguirão por certo arranjar uma proposta assinada por todos os Srs. Deputados Municipais que vá ao encontro das necessidades do regadio no concelho, e que são bastantes. -----

Agradecer ao Sr. Presidente da Junta de Carviçais as palavras que endereçou ao Executivo. ---
Dizer-vos também que quanto às feiras quinzenais, fizemos um levantamento exaustivo, provavelmente o maior levantamento, e o levantamento mais exaustivo dos últimos anos. Foram criados os cartões ??? para termos algum controlo de quem vem, com duas hipóteses de pagamento: o anual, em que têm um determinado desconto, e o semestral, em que têm um desconto menor. Tudo isso feirante a feirante. E depois, obviamente, os ocasionais. Fez-se esse trabalho, que não foi fácil, estamos a tentar melhorar o espaço também, e eu deixava aos Srs. Deputados, porque não queria que fosse o Executivo a fazê-lo, mas se estivessem de acordo os três Grupos Parlamentares, deixaria esta proposta, a enviar para todos os concelhos limítrofes de Torre de Moncorvo: podemos não conseguir ter o dia 8 e o dia 23, mas se pensarmos todos juntos, eu acho que poderia ser a salvação deste tipo de feiras, não só para o Concelho de Torre de Moncorvo, mas como os concelhos aqui à nossa volta, que seria mantermos as feiras na mesma, quinzenais, mas que lógica temos – por exemplo, a última feira é quarta-feira, penso eu, ou sexta-feira, 23. Sexta-feira era também feira em Macedo de Cavaleiros. Se nós conseguíssemos fazer desta forma, que a de Moncorvo fosse, por exemplo, na primeira e na terceira, e a de Macedo na segunda e na quarta, se em Mirandela, em vez de ser na terça-feira, por exemplo, ser também com outros Municípios... mas, para isso, tínhamos

que englobar todos os Municípios, principalmente Mogadouro, Alfândega, Vila Flor, Foz Coa também e Macedo de Cavaleiros. Se conseguíssemos, e se saísse daqui essa recomendação da Assembleia Municipal a dar ao Executivo e às outras Assembleias Municipais, isso fazia com que a Mesa desta Assembleia, com as outras dos outros concelhos, conseguissem arranjar dias que não se sobrepusessem. Eu acho que isso era uma forma de salvaguardar o património que são as feiras quinzenais. Não acredito é que seja um trabalho fácil, porque não estou a ver – como nós gostamos de ter o 8 e o 23, Mogadouro gosta de ter o 2 e o 16. E isto terá que ser o bom senso de todos para não acabarmos, de uma forma ou de outra, com algo que é essencial para a economia local. -----

Agora, Sr. Deputado, eu, quando posso, vou às feiras, e até gosto de ir lá. Infelizmente, questões de trabalho não me permitem ir com a assiduidade com que gostaria de ir, mas vou. E não fui só ao multibanco, fui também cumprimentá-lo. E portanto, eu gosto de estar em contato com as pessoas, eu gosto de andar a pé pela vila, gosto de estar com elas. Tenho pena de não poder estar mais vezes, mas gosto. -----

Os transportes: esse é um assunto que está hoje na ordem do dia e na discussão das CIM's. Como sabem, o Governo, através da extinção do IMTT passou essa competência para as CIM's, as CIM's tinham que elaborar um plano, na sua globalidade, de transportes intermunicipais e fora dos Municípios, e aquilo não se conseguiu poder chegar a um acordo. Mas não conseguiu chegar-se a um acordo pelo seguinte: é porque a Lei está feita na perspetiva de poder haver vários interessados para várias áreas. O Douro Norte e o Douro Sul não têm esse problema. O Douro Norte tem um bocadinho mais de problema que o Douro Sul, o Douro Sul tem duas ou três empresas. Agora, o Douro Superior só tem uma empresa, e a parte da concorrência, aí não conseguimos fazê-la. A alternativa era os Municípios delinearem, por si só, uma alternativa que fosse municipal. Eu quero dizer-vos com isto que eu, mandatado, obviamente, pelo Executivo, na reunião da CIM de Penedono de 2017, votei a favor de que fosse a Comunidade Intermunicipal a fazer a gestão de todos os Municípios integrados, o que iria ao encontro daquilo que o Sr. Deputado estava a dizer, que era Foz Coa e Moncorvo terem que estar obrigatoriamente nesse plano. Tivemos este problema, porque as empresas não conseguem ir a concurso, porque é só uma. Vamos tentar, é uma solução a propor, não sei se vamos conseguir, mas é uma solução a termos em conta. -----

Agora, não ponham nas minhas palavras, nem nos meus atos, aquilo que não fiz: não inventei nada a Feira Medieval; a Feira Medieval já estava antes de eu estar cá, eu não inventei nada, nem eu quero esse mérito. Renovámo-la, e no meu entendimento melhorámo-la, mas não inventei nada. Reinventámo-la, pronto, se quiser assim. -----

Quanto ao espaço da cadeia, é algo que nos preocupa, como é óbvio, e estamos, e contamos que este mar de cativações não se vai manter para sempre, e que irá ser aberta uma linha de



apoio. Tanto assim é que nós já fizemos a primeira parte. E a primeira parte foi trazer cá aqueles que eu entendo – hoje parece que estamos aqui em muitos apoios, vou dar-lhe um exemplo de uma autarquia socialista, porque efetivamente é, daquelas que eu tenho conhecimento, a que melhor integração fez da comunidade cigana, que foi a Autarquia de Coimbra. A Autarquia de Coimbra fez uma coisa junto ao campo do Bulhão (para quem conhece), que é casas em madeira com tudo o que era usual na tradição cigana: o local da fogueira, o local dos estendais, tudo. E depois, escolhem famílias que são integradas nesses espaços e apoiadas por sociólogos, assistentes sociais e psicólogos. Mas, não é do espaço para fora; é do espaço para dentro: como organizar uma casa, como conviver com os vizinhos, impor uma série de regras. A partir daí, são integrados depois em bairros, e não fazer um gueto como se fez nos anos oitenta, que os puseram todos no Loreto. Hoje são espalhados, porque o Loreto, viu-se que foi um problema. E eu aqui apelo aos Srs. Presidentes de Junta que tenham a capacidade de dizer que são bem-vindos às vossas freguesias, porque o pior problema que podemos fazer para estas comunidades é dizer: ou os juntamos todos num sítio (é mau), ou no meu quintal não, mas no do vizinho, tudo bem. Não podemos ter dois pesos e duas medidas. Portanto, a ideia é conseguirmos criar uma equipa de apoio, tal como os técnicos que vieram cá, que já vieram cá, que já contataram com essa comunidade, fizeram. Agora, um dos problemas, os apoios que nós esperamos vir a ter, a linha de apoio para a construção social e para termos esta solução, essa linha de apoio tem um problema, e eu já debati com a comunidade cigana aqui, e tem mais a ver com a parte feminina: uma das obrigações que têm é prosseguir os estudos, e não pode haver aqueles acordos de casamentos sem elas terem uma determinada idade, porque elas, quando é escolhido o noivo, a partir desse momento não vão estudar. E esse é um preâmbulo que eu já tive aqui com eles, e o que eles me responderam é que também há tradições, e as tradições são para se manter. Os rapazes não têm esse problema, as raparigas têm. Nós estamos também a tentar ver se por essa forma – Coimbra, como é que solucionou isto? Estou a falar para as raparigas: montou ali um sistema meio misto na escola, para eles aprenderem ali as coisas, umas salas de estudo no próprio acampamento. Vamos ver. -----

Agora, tudo isto está dependente dessa linha de apoio que, volto a dizer, a anterior Secretária de Estado para a Igualdade de Género, que infelizmente foi demitida, e soube da demissão pelo jornal – deve ser uma coisa também um bocadinho esquisita, é quase como a Procuradora, que sabe que vai ser demitida pelo jornal, que não se percebe muito bem num Estado de Direito – essa Secretária de Estado, quando esteve aqui, estava de uma forma muito aberta, a ajudar-nos a conseguir isto. -----

Portanto, concluindo, a ideia será criar um espaço antes da entrega da casa para regras de convivência com a vizinhança, porque isso tem que ser, e o segundo será, então, essa linha de

apoio a que Moncorvo se quer candidatar mal abra, e cujo processo, com a anterior Secretária de Estado, volto a frisar, estava a ser conduzido. Agora, a questão como está, não se pode manter por muito mais tempo, até por uma razão: por razões de dignidade. Agora, nós não somos aqui mágicos, não temos essa capacidade, mas temos efetivamente de o resolver. ----- Quanto à pergunta do Sr. Deputado João Luís, dentro em breve poderei responder-lhe a essa questão, uma vez que está a ser feito um levantamento por uma empresa contratada, e que mal tenhamos essa informação, também será trazida aqui à Assembleia Municipal, até para conhecerem, e porventura, se houver outros casos que não estejam lá enquadrados, que possam ser discutidos de uma forma mais abrangente e ampla. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Segundo pedido de intervenções, quem se quer inscrever? Penso que ninguém. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Se me permitir, Sr. Presidente, faltou-me as passadeiras, peço desculpa. As passadeiras que estão na Avenida Jorge Luís Borges, tenho a dizer-vos que já vêm do anterior mandato, foi um pedido dos moradores, que fizeram um abaixo-assinado, e agora com um problema – este eu posso dizê-lo porque já me mandaram mensagens, e para o Sr. Vereador também: é que querem mais. Nós pusemos uma, e querem mais uma, e na Avenida das Amendoeiras. Ou seja, eu digo-vos uma coisa aqui muito sinceramente: eu sou contra aquele tipo de passadeiras. Foi votado em Reunião de Câmara, o estudo foi feito, através das normas das Infraestruturas de Portugal, estão lá, não é que eu concorde muito, mas massificá-las como pretendem agora os moradores é que não pode ser, porque querem mais uma. Ou seja, para vos dar uma ideia, o Sr. Alberto pediu para ser mais uma, e agora os demais também querem, porque acham que andam ali em excesso de velocidade. Basicamente foi isto. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal **apreciou a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e financeira do Município.** –

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

Pedro



PONTO 1.1 — MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO, O MUNICÍPIO DE SINES E A EMPRESA PARQUE EÓLICO DE MONCORVO.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pinto Pavão (PS)**, **José Aires (PS)** e **João Augusto Leal Leonardo (Coligação PSD/CDS)**.-----



-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito bem, serei muito rápido, para vos dizer o seguinte: esta foi a melhor forma daquilo que não conseguimos. Eu assumo quando não consigo levar as coisas a bom porto. Se bem se recordam, e andando para trás um bocadinho – só para aqueles que não estavam cá nessa altura terem noção – o Parque Eólico de Torre de Moncorvo teve várias concessões, a última das quais com a empresa Island, uma empresa de capitais irlandeses e escoceses, com cem por cento (100%) do financiamento a ser estrangeiro, noventa milhões de euros (90.000.000€), período de setenta anos, numa concessão dada pelo Estado. Esta foi a situação até ao protocolo. Posteriormente, houve um aditamento pelo meu antecessor, em que quando foi a alteração da Lei das Finanças, veio alterar o valor de um milhão, duzentos e cinquenta mil (1.250.000€), que seria basicamente aquilo que reverteria a favor de IMI, porque as torres eólicas estavam isentas e passaram a pagar.-----

Terceiro ponto importante, atual legislatura, no novo código há uma proposta em que o IMI deixe de ser recebido pelos Municípios. Esta é a proposta que está em debate. Posteriormente, quando foi da referida concessão, o Município de Torre de Moncorvo, o Município de Carrazeda de Ansiães e a Sociedade Parque Eólico de Moncorvo Unipessoal, Lda., entenderam que deveria ser de intentar uma ação contra o próprio Estado. A ação contra o Estado – e aqui um pormenor mais técnico – tem a parte da ação principal e a parte da ação daqueles que vão à ação apoiar – são as partes subsidiárias, no fundo. A ação principal tinha como autor a Parque Eólica de Moncorvo Unipessoal, Lda., partes subsidiárias, o Município de Carrazeda de Ansiães e o Município de Torre de Moncorvo. Entretanto, houve a contestação, houve também a reclamação para o Ministério do Ambiente, reabriu-se e manteve-se a mesma situação, dos dez pareceres, nove positivos, um negativo do ICNF. Mas, não posso deixar também de dizer que a primeira vez que fomos recebidos, estavam os dois projetos, um com as vinte e três torres e o outro com as treze, e somaram aquilo tudo, e assim era impossível. Houve ali um lapso, e portanto, estivemos mais uns meses à espera porque o parecer referia a

soma dos dois, do Plano A e do Plano B, somaram-nos. Pronto, apesar disso, nós mantivemos e entendemos que deveríamos fazer esse apoio ao Parque Eólico de Moncorvo Unipessoal, Lda., porque eles queriam manter-se cá. -----

Entretanto, houve uma proposta do Poder Central para a realocização do Parque Eólico de Moncorvo Unipessoal, Lda., para Sines. E nessa proposta, se repararem, a assinatura – que eu levei depois a ratificação de Reunião de Câmara – é do dia 23 de janeiro. E isto por quê? Porque no dia 1 de fevereiro de 2018 terminaram todos os apoios que seriam dados aos parques eólicos – ou seja, em termos de rendas – e isso era o que revertia para os Municípios.- Se bem se recordam, esta era uma das propostas do Bloco de Esquerda para o Orçamento de Estado. E como ia terminar, só as concessões que estivessem aprovadas até 1 de fevereiro de 2018 é que poderiam manter-se no anterior regime. Solução para isto: ou não chegarmos a entendimento e ninguém ganhava, caía pura e simplesmente, porque o ICNF manteve o parecer vinculativo de não autorizar, ou esperar pelo tribunal, por uma sentença ou um acordo extrajudicial, ou as três partes chegarem a um entendimento. Quero dizer-vos que não foi fácil o entendimento com a Câmara de Sines, por uma razão que eles também evocavam, e bem: “Então, se nós vamos ter aqui as torres, por que é que vamos ter que dar algum dinheiro deste, mais um milhão, duzentos e cinquenta mil (1.250.000€) que já nos estão a tirar?” Estamos a falar de dois milhões e meio (2.500.000€). Entretanto, numa reunião à distância, comigo e com o colega de Sines, e por uma casualidade, porque pertencemos os dois ao Conselho Fiscal da Associação Nacional de Municípios, conseguimos chegar a este entendimento, que foi um milhão, duzentos e cinquenta mil (1.250.000€), em termos do IMI, fica dependente do novo código – ou seja, Sines pode não recebê-lo, e se receber, vai receber em dez anos – e estamos a falar de dois milhões e meio (2.500.000€), basicamente, dois milhões e meio (2.500.000€), que era o que estava já aceite também por nós, nas mesmas condições, e não se mexeu. O que é que se mexeu? A única coisa que se mexeu foi: Sines, dos dois milhões e meio (2.500.000€), aceita entregar ao Município de Torre de Moncorvo, nas mesmas condições em que o Município de Sines vai receber – ou seja, vinte e quatro horas após a entrada em funcionamento da primeira torre eólica, vinte e quatro horas – aceita entregar setecentos e cinquenta mil euros (750.000€), a retirar aos dois milhões e meio (2.500.000€), e a empresa aceita, dar, ou entregar – aqui estamos a discutir entre os dez e os quinze, eles propõem quinze anos – mais quinhentos mil euros (500.000€) para perfazer um milhão, duzentos e cinquenta mil (1.250.000€), ou seja, que é a metade, é exatamente a metade dos dois milhões e quinhentos mil (2.500.000€), um milhão, duzentos e cinquenta mil (1.250.000€). Entre estarmos à espera de uma sentença do tribunal, que na Câmara Municipal só teria uma vantagem, que era reconhecer-nos direitos que perdemos, ou seja, a expectativa do investimento, e que eu duvido muito que em termos de danos morais, chegasse a estes

  Pedro



valores, um milhão, duzentos e cinquenta mil (1.250.000€), ou fazemos finca-pé, a empresa desistir da ação, porque podia, porque nós somos subsidiários, como vos digo, e nós intentarmos uma ação naqueles dias, e perder-se esta concessão. Aliás, o Presidente da Câmara Municipal de Sines dizia que nós nunca íamos ter uma forma de fazer um turismo de tal forma a vigorar no sul como este, porque ele tinha que pôr lá "Parque de Torre de Moncorvo", porque se vai manter o nome, pelo menos para já. -----

Então, o que temos aqui é: na contrapartida de termos perdido a concessão, ou de o Município ter perdido a concessão, a possibilidade de esta concessão, pela Lei antiga, ir para Sines, e Sines entregar uma parte do valor, que juntando as duas variáveis, Município e empresa, dará um milhão, duzentos e cinquenta mil euros (1.250.000€) a reverter para o Município de Moncorvo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Intervenções? Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Muito obrigado pelos seus esclarecimentos, Sr. Presidente. -----
Relativamente a este entendimento, que foi discutido em Reunião de Câmara e aprovado por unanimidade pelos Vereadores presentes, eles também colocaram as seguintes perguntas, e nós reiteramos essas perguntas também: se houve nesta negociação, se haveria com a empresa alguma hipótese de relocalizar o parque eólico em outra área do concelho, e se isto hipoteca alguma futura concessão ao Município ao nível de parques eólicos ou ao nível de concessões com outras empresas. São só estas perguntas. -----

-----**O Presidente de Mesa:** José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Eu gostaria, neste sentido, neste ponto, que é importante ??? do anterior, este entendimento, eu gostaria de começar por pôr uma questão ao Sr. Presidente. De facto, já fez aqui uma explicação inicial bastante interessante relativamente às ações que terá desenvolvido nos últimos quatro anos, mas penso que dada a importância que, de facto, este investimento representava para o Concelho de Torre de Moncorvo, seria, de facto, o maior investimento dos últimos anos – não só pelo valor da entrada inicial que iria, de facto, entrar nos cofres do Município, que já foi aqui referido, mas também essencialmente porque durante a predominância, a duração do parque eólico, iria obter rendas para os proprietários dos terrenos e para as freguesias envolvidas, no caso da sua instalação, que estaria previamente definido, em primeira instância, poderia ser na Serra do Reboredo, e depois por uma questão, que

penso que é sobejamente conhecida, de pronúncia relativamente à possibilidade de instalação das minas de Carvalhal, acabou por se tornar também uma segunda opção, que seria Castedo / Lousa, mas essencialmente porque nós, neste momento, como deve também ser do conhecimento dos deputados municipais, temos quatro aerogeradores situados no Carvalhal (Felgueiras), e esses quatro aerogeradores, em termos de retorno para o Município de Torre de Moncorvo, representam uma importância de cerca de trinta e quatro mil euros (34.000€). Se fizermos a conta à quantidade de aerogeradores que iriam ser instalados neste novo parque eólico, que agora poderá ser deslocalizado para Sines, seria qualquer coisa como duzentos e trinta (230.000€) a duzentos e cinquenta mil euros (250.000€) por ano, uma vez que dois vírgula cinco por cento (2,5%) da energia bruta produzida reverte diretamente para os cofres do Município. E aqui são perdas de receitas que poderiam, de facto, ficar aqui. -----

E nesse sentido também, de facto, indicar só que compreendo que não se podendo manter, então, o parque eólico, havendo essas dificuldades, que também já foram referidas pelo Sr. Presidente, gostaria apenas, dada a importância do assunto, que nos pudesse fazer chegar um documento escrito com todas as ações desenvolvidas nos últimos quatro anos, na tentativa de manutenção do parque, e também, dada a importância do memorando que foi aqui apresentado, e verifiquei que só está assinado ainda por duas partes, e nesse sentido, se o terceiro interessado que consta do memorando não deveria também assinar o mesmo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** O Grupo Parlamentar do PSD vê com agrado os esforços realizados pelo Município de Torre de Moncorvo para a previsível resolução do parque eólico de Moncorvo. Segundo a Direção Regional de Energia e Geologia, a inviabilidade da instalação do parque eólico nas várias localizações projetadas pelo Município, e restrições orçamentais relativas, leva a que a localização no nosso Município esteja esgotada. Sendo assim, perante este impasse irresolúvel, estamos de acordo com a solução encontrada pelo Município de Moncorvo, de Sines, e pela Parque Eólico Unipessoal, Lda. É vantajoso para Moncorvo, e pela atribuição de contrapartidas regionais. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Serei muito telegráfico. -----
Primeiro, não hipoteca nenhum projeto. Não hipoteca. Agora, se for para a frente a iniciativa do ICNF, que é numa área de cem quilómetros de diâmetro em que haja proteção de aves, de

1h.
Pedro



águas-pescadoras, morcegos, tudo isto, para o interior do Distrito de Bragança, acabou. E eu digo-lhe isto por uma razão: no seminário que aqui foi feito, onde estava o ICNF, estava na altura a Dra. Helena Freitas, estava uma série de pessoas, que o próprio coordenador das energias alternativas, que nem sequer tinha conhecimento disto – é uma coisa inacreditável – o que eu lhe disse é que não percebia como é que aves chegavam até ao Montesinho e tinham que ter brevet, e a partir de Montesinho para lá não tinham que ter brevet nenhum porque conseguiam desviar-se das torres. Portanto, este é o problema que temos. E mais, quando em dez pareceres, só um é que é negativo, e esse é que é o vinculativo, pior fica. E eu continuo a dizer, por muito que isto me custe, eu digo isto aqui e digo no ICNF: esta posição do ICNF foi, não uma posição técnica, mas estritamente pessoal de quem decide, por causa da Barragem do Baixo Sabor. E eu assumo isto, aqui e lá. -----

Portanto, a localização foi proposta, e vem já na resposta ao Sr. Deputado José Aires, para dizer que a NTI, que era a única interessada, passou uma declaração positiva a dizer que não implicava com nada que o parque eólico fosse realocado junto ao que já temos ali no Alto de Felgueiras. O NTI passou essa declaração. Ou seja, mantiveram o “não”, apesar de o Secretário de Estado na altura dizer que era para breve a solução, mantiveram o “não”. Entretanto, o que temos lá em cima, e o previsto no contrato, eram diferentes. Eu recordo que, na altura – já lá vão uns anos – a minha posição foi votar contra, votar contra o parque eólico – não o parque eólico, mas a concessão à empresa do parque eólico. Havia várias empresas, e ainda nem sequer era esta, a Island, era uma empresa espanhola, cujo Presidente, na altura, ou posteriormente – mas acho que já era na altura – era o Dr. Pina Moura, e foi a que ganhou a concessão. Eu entendia, pelo contrário, que devia ser para outra concorrente, que era a EDP, e por uma razão – e isto não é pensar no imediatismo, pelo menos gostava que me concedessem esse favor: o que eu dizia era que, tudo bem, aqui tínhamos três milhões e seiscentos mil (3.600.000€) logo à cabeça, eram as contrapartidas, mas depois tínhamos só dois e meio por cento (2,5%) de rendas que entrassem no mercado. E hoje o mercado é completamente diferente, e aí também o meu erro. Eu estou a assumir aqui o porquê de votar contra, e se calhar o meu erro hoje. Eu entendia que a EDP entregava muito menos valor logo quando começasse, mas aumentava o valor para três por cento (3%), em vez dos dois e meio (2,5%). E qual era a contrapartida? É que o fornecimento da Barragem do Baixo Sabor fosse através desta rede. Ou seja, adquirir a própria energia. E isso era importante para nós, porque era nestes três por cento (3%) da EDP, ou nos dois e meio por cento (2,5%) do que se conseguisse meter na rede, que Moncorvo viveria com uma renda de setenta anos, era nesse espaço. Tudo bem, não tínhamos os três milhões e seiscentos mil (3.600.000€), tínhamos dois milhões (2.000.000€), mas, se calhar, a opção seria essa. Hoje o mercado também fez com que tudo isso fosse diferente. A EDP deixou de ser pública, o Estado deixou de ser obrigado a

M. B do
Oy

contratualizar com a EDP, e hoje, como vocês sabem, a forma em que se imputa a energia naquilo que nós compramos (os consumidores) é completamente diferente, estando a energia hídrica em terceiro ou quarto a entrar no sistema. Ou seja, nem sequer já é a primeira. E portanto, aquilo que na altura entendia que era um bem para Torre de Moncorvo ao longo dos setenta anos, poderia hoje ser um fiasco – eu não ponho isso em questão. Portanto, o que foi decidido está bem decidido, apesar de tudo. E é nesses dois e meio por cento (2,5%) que poderíamos ter muito a perder, mas é nesses dois e meio por cento (2,5%) que hoje não temos a certeza se perderíamos, ou não, por causa da forma como todo o mercado foi alterado. E isso, basta ver, no fundo do Baixo Sabor, também como foi alterado, e a própria fórmula foi alterada pelo ICNF, onde a ??? foi imputada ao fundo, onde não é obrigado o Estado a ir comprar, como é óbvio, deixou de ser público, todos os fatores que tinham uma fórmula há cinco, seis anos atrás, dez anos, quinze, foi tudo alterado a partir do momento em que o sistema do mercado elétrico foi liberalizado. Este, costume dizer, é um mal menor. -----
Agora, o relatório, fá-lo-ei com todo o gosto, acho que nunca corri tantas Secretarias de Estado e tantos Ministérios, tantas reuniões com uns e com outros, até inclusive com representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e depois com o Secretário de Estado, porque este projeto já tinha cinquenta por cento (50%) financiado pela União Europeia, pelo ICN. E portanto, esta também é uma bota que o Estado tinha que descalçar; agora consegue, a partir deste momento. -----

O porquê de estarem três assinaturas? Porque se não houvesse acordo entre os Municípios, o terceiro não podia fazer nada, é só por isso. Portanto, o próximo virá assinado, e eu farei questão também de o trazer aqui para conhecimento, juntamente com as cláusulas ???. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Segunda ronda de intervenções? Então, vamos votar. Só dizer aqui que há pouco esqueceram-se da Freguesia de Cabeça Boa, o parque eólico também estava lá. -----
Vamos votar, então, a ratificação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 27 votos a favor e 1 abstenção (do deputado José Manuel Rodrigues Aires (PS)) **aprovar e ratificar o “Memorando de Entendimento celebrado entre o Município de Torre de Moncorvo, o Município de Sines e a empresa Parque Eólico de Moncorvo”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

Edo

PONTO 2 — REVISÃO ORÇAMENTAL.

----- Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado. -----

Isto é o que normalmente se costuma fazer na Assembleia Municipal de fevereiro, que é a incorporação dos saldos que não eram possíveis a 31 de dezembro. Estamos a falar aqui de uma verba de três mil, duzentos e setenta e quatro, ponto quarenta e dois (3.274,42€) que o Município vai receber, mas que a 31 de dezembro – ou quando aprovámos o Orçamento, melhor dizendo – não tínhamos rubrica, porque nunca se sabe quanto é que se incorpora. E portanto, o que trazemos é a possibilidade de criar uma rubrica para incorporar este montante que, volto a frisar, são três mil, duzentos e setenta e quatro, ponto quarenta e dois euros (3.274,42€). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Ninguém se inscrevendo, então vamos passar à votação da 1.^a Revisão ao Orçamento Municipal para o ano de 2018. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por unanimidade, aprovar a “1.^a Revisão ao Orçamento de 2018”.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 3 — UNIDADE MÓVEL "LARANJINHA" - SOCIEDADE COMERCIAL POR QUOTAS ÓTICA TRANSMONTANA - OT, LDA. – RASTREIOS.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pinto Pavão (PS)**, **João Augusto Leal Leonardo (Coligação PSD/CDS)**, **José Aires (PS)**, **Francisco Roque Braz (Coligação PSD/CDS)** e **Luís João Dias (Coligação PSD/CDS)**. -----

1h. Pedro
Ag

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Este ponto é já recorrente. Apesar de o requerimento ter vindo dirigido ao Presidente da Câmara, quero dizer-vos que o Presidente da Câmara Municipal não tem poderes sobre este assunto, porque foi a Assembleia Municipal que o deliberou. A anterior Assembleia Municipal deliberou que não deixaria fazer qualquer tipo de rastreio, por entender, na altura, o Diretor do Centro de Saúde que tinha havido uma série de problemas com pessoas que foram para ver os óculos, ou foram para ver se ouviam bem, e fizeram uma série de análises, e aquilo depois no Centro de Saúde levou a problemas. Mais quando a Unidade Móvel de Saúde agora está em funcionamento com o equipamento do próprio Centro de Saúde. A Unidade Móvel de Saúde está com o Centro de Saúde, aprovada pelo ULSN, ou seja, é um acordo tripartido. E por que é que demorou mais tempo? Porque a própria unidade móvel não tinha o equipamento ao inserir os dados, e vai buscar os dados do Centro de Saúde. E foi para uniformizar isto que, na altura, a Assembleia Municipal, penso que até por unanimidade, votou contra este tipo de rastreios. Depois houve uma série de considerandos, pessoas que tinham sido, ou não, enganadas, não sei, sei que votou contra. E portanto, quando sou notificado para dar autorizações, tenho que trazer à Assembleia Municipal, porque se a Assembleia Municipal mantiver a mesma posição, a Câmara não pode autorizar algo que o órgão é diferente e que imputou a decisão. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Intervenções? Sr. Deputado João Pavão. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Sr. Presidente, é só para trazer uns pontos relativamente a este assunto. Claro que nós somos a favor que as freguesias, e todos os habitantes do concelho tenham unidades de rastreio, e que seja possível fazer rastreio em várias áreas, neste caso da ótica, e fazer também noutras temáticas. Agora, está aqui exposto que os rastreios depois vão ser utilizados para fins comerciais, e é aí que entramos num carácter dúbio ????. Não sei até que ponto o critério será esse. ??? deixar ??? monitorizar este tipo de rastreios. E deixar a salvaguarda de que somos a favor de rastreios que sejam feitos nas freguesias, nesta ótica; agora, esta questão dos fins comerciais é que nos deixa com o pé atrás. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Perante a insistência da Ótica Transmontana em promover a Unidade Móvel "Laranjinha", cujo propósito já foi rejeitado em Assembleia Municipal anterior, não vemos qualquer alteração no pedido que justifique a autorização do desenvolvimento desta

atividade móvel sem acordo ou parecer positivo da ULS do Nordeste. Logo, mantemos a posição anterior. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Relativamente a este ponto, a esta questão que surge aqui na Assembleia Municipal, no seguimento da Assembleia, no mandato anterior, em que surgiu primariamente a questão, mas, de facto, aqui mais a nível pessoal, enquanto deputado municipal, e não só, que é o meu entendimento relativamente a este ponto, não pondo em causa a integridade e o bom nome da referida empresa, nem da iniciativa privada, deve existir uma clara separação entre quem comercializa e entre quem efetua o diagnóstico, isto porque por um princípio ético e de transparência, julgo que seria mais adequado se este tipo de serviço que é proposto pudesse ser executado por uma entidade independente, que não tivesse interesses comerciais na matéria, para salvaguardar também os utentes, que neste caso são os nossos concidadãos que residem nas freguesias. Costuma dizer-se: à mulher de César, não basta ser séria, também tem que parecer. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Francisco Braz. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Relativamente a este assunto, assim como o Executivo da Câmara Municipal deliberou por unanimidade manter a posição tomada pela Assembleia Municipal anterior, da qual também tive a honra de fazer parte, também irei manter a mesma posição, e assim votar desfavoravelmente, idêntico à Bancada da qual faço parte, mantendo a posição do mandato anterior. Os rastreios enunciados – não só de ótica, porque há lá outros – no documento apresentado pela Sra. Advogada, acho que devem ser feitos, evidentemente, mas há o tratamento e há as entidades de saúde competentes, estando alguns deles, referidos no documento desta empresa, a ser efetuados por todo o concelho, em articulação com as referidas entidades de saúde competentes, pela Unidade Móvel de Saúde, serviço este também protocolado com o Município e respetivas Juntas de Freguesia do Concelho de Torre de Moncorvo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** No seguimento das anteriores intervenções da nossa Bancada, de membros do anterior mandato, a minha visão é a mesma, nós votámos contra porque houve uma informação por parte da ARS, neste caso, do Diretor do Centro de Saúde, que estavam a

haver problemas porque faziam exames, e diziam às pessoas que não tinham nada, e as pessoas estavam num programa de tratamento junto do Centro de Saúde e cancelaram esse programa de tratamento, isso é um perigo para a saúde pública. Além disso, havia o problema da sincronização e partilha de dados com a própria ARS. Daí eram várias razões para votarmos contra. -----

Nada mudou, ou seja, aguardamos um parecer da ARS para esta Assembleia mudar de posição. Por isso, também vou votar contra este ponto. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 19 votos a favor e 9 abstenções (dos deputados António Carvalho, João Pavão, Maria Reis, Fausto Tiago, António Andrade, José Aires, António Sá Andrade, Luís Lopes, Maria Cabeleira (PS)) **aprovar a “não realização dos rastreios”**.-

-----As presentes deliberações foram aprovadas em minuta. -----

PONTO 4 E 5 — ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA GUARDA – “MOVIMENTO PELO INTERIOR – EM NOME DA COESÃO E CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL – “MOVIMENTO PELO INTERIOR – EM NOME DA COESÃO.

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **João Pinto Pavão (PS)** e **João Leonardo (Coligação PSD/CDS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

O Ponto n.º 4, efetivamente, foi o pontapé de saída e, entretanto, depois houve uma maior abrangência entre o Presidente da Câmara da Guarda, como disse anteriormente, e o Presidente da Câmara de Vila Real, em nome dos autarcas social democratas e dos autarcas socialistas, onde integraram não só o Presidente do Conselho de Reitores das Universidades, o Prof. António Fontainhas, e o Presidente dos Conselhos Diretivos dos Politécnicos, Nuno Mangas, e depois, duas empresas que estão instaladas no interior, que são a Visabeira e Grupo Delta, através dos seus Presidentes, Fernando Nunes e Rui Nabeiro, e o Prof. José Silva Peneda, enquanto ex-Presidente do Conselho Económico e Social. -----

O Ponto n.º 4 e 5 basicamente são iguais, o pontapé de saída foi dado pelo Município da

Edna



Guarda, mas depois está tudo assente no Ponto n.º 5. De referir que a Câmara, o Executivo votou por unanimidade que deveria aderir a este Movimento pelo Interior – Em nome da Coesão. -----

-----O Presidente de Mesa: João Pavão, faça favor. -----

-----O Deputado João Pavão: Sr. Presidente, era só para, como as moções são praticamente iguais, ou iguais, se podíamos unir os pontos e votar os dois pontos em conjunto. Era só esse apontamento. -----

-----O Presidente de Mesa: Sim. João Leonardo, faça favor. -----

-----O Deputado João Leonardo: O Grupo Parlamentar do PSD está de acordo com os princípios inscritos na moção de apoio ao Movimento pelo Interior, logo pela adesão a este movimento de promoção e defesa das populações do interior despovoado e desfavorecido, comparativamente com o litoral. -----

-----O Presidente de Mesa: Não há mais intervenções? Penso que não. Então, vamos passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, apoiar o “Movimento pelo Interior – Em nome da Coesão”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 6 — ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA – MOÇÃO “PRODUÇÃO DE CASTANHA EM BRAGANÇA.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires (PS)** e **Luís João Dias (Coligação PSD/CDS)**.-----

-----O Presidente de Mesa: Penso que a Assembleia Municipal de Bragança, e a Câmara Municipal, estão-nos aqui a solicitar o nosso apoio para esta luta que eles estão a encetar para

14. Pedro
M.

os produtores de castanha do concelho e de todo o Distrito de Bragança. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Sr. Presidente, eu queria só fazer uma interpelação à Mesa para um esclarecimento. Relativamente a esta questão, é para saber se é para tomarmos conhecimento, ou se é para tomar uma posição formal relativamente a ela. É para tomarmos conhecimento? -----

-----**O Presidente de Mesa:** É para tomar uma posição, é para apoiar a moção da Assembleia Municipal de Bragança. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Claro que partilho a preocupação do Município de Bragança e Vinhais, em todo o problema, porque a castanha nestes dois Municípios é a maior percentagem cultural, enquanto nós aqui, na Terra Quente, temos a amendoeira, a vinha, o olival, eles resumem-se muito à parte da castanha. Tenho só a dizer que na parte da vinha, de que eu tenho mais conhecimento, a nível nacional houve uma quebra de trinta por cento (30%) da produção, aqui no Douro Superior a quebra é no mesmo valor. Não sei se poderemos, ou não, transpor isto para outras culturas e para outros lugares geográficos, mas claro que vou apoiar esta moção. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Força. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Relativamente à moção, então, aqui apresentada, de facto, agora que foi clarificada a situação, evidentemente é uma questão que também nos causa preocupação, tem impacto direto na economia regional, onde nós estamos inseridos – embora como referiu, e bem, o deputado Luís João, a situação aqui, de facto, é que nos Municípios da Terra Fria, nomeadamente Bragança, Vinhais, Vimioso, tem sempre um impacto maior, uma vez que a produção económica terá mais predominância. Agora, nesse sentido, até estranho que a moção que nos é aqui apresentada, a moção de castanha em Bragança, seja apresentada pela Assembleia Municipal de Bragança, até penso eu que deveria, como o Sr. Presidente também já referiu aqui noutras intervenções, no sentido de que há sinergias, até poderia ter sido proposta em primeira instância aos Municípios vizinhos de Vinhais e Vimioso, mas também não tenho nada a obstar a esta moção. -----

Ag *Pedro*



-----**O Presidente de Mesa:** Sr. António Júlio Andrade, faça favor. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Pois, isso também é verdade. -----

Mais alguma intervenção? Então, vamos passar à votação da moção oriunda da Assembleia Municipal de Bragança, de apoio à produção da castanha em Bragança. Evidentemente, espero que não seja só para Bragança, porque os de Macedo e os de Vinhais, e nós, também agradecemos. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, apoiar a Moção “Produção de Castanha em Bragança”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 7 — COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRE DE MONCORVO – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2017. -----

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Alguém se quer inscrever relativamente ao Ponto n.º 7, sobre o relatório? Não temos que aprovar, é só tomar conhecimento. Está aí o relatório da Comissão. --

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º2 do artigo 18.º da Lei n.º 147/99 **tomou conhecimento do “Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Torre de Moncorvo do ano de 2017”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

14. Pêlo
Aly

PONTO 8 — ELEIÇÃO DE QUATRO REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRE DE MONCORVO.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS) e **José Aires** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** A Lei n.º 147/99, com as alterações da Lei n.º 23, estipula a eleição de quatro cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos e capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, designados pela Assembleia Municipal. -----

Foi apresentada uma lista conjunta, que é a "Lista A", e que é composta pelos seguintes membros: Maria do Amparo Vinagre, Maria Aldina Esteves Catarino Carvalho, Luís João Fernandes Dias e António Eduardo Teixeira de Carvalho. O conjunto dos quatro cidadãos são os que eu acabei de citar, só altera a ordem – o António Eduardo Teixeira de Carvalho será em terceiro, o Luís João Fernandes Dias será o quarto. Mas, são estes quatro nomes. -----
Vamos proceder, então, à votação. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** É só para sublinhar que nesta parte social, houve acordo, é salutar que nos consigamos unir nesta causa comum, o Partido Socialista com o Partido Social Democrata e o CDS, conseguirmos ter uma posição em comum. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos passar à votação. Têm os vossos boletins. Só há uma lista, é a "Lista A". A votação será "Lista A", branco ou nulo, conforme o vosso desejo. São as três hipóteses que estão em cima da Mesa: "A", branco ou nulo. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, **por escrutínio secreto, deliberou com 24 votos a favor, 2 votos brancos e 2 nulos, eleger para a comissão alargada da CPCJ as seguintes cidadãs e cidadãos:**-----

-----1. **Maria do Amparo Vinagre;**-----

-----2. **Maria Aldina Esteves Catarino Carvalho;**-----

-----3. **António Eduardo Teixeira de Carvalho;**-----

-----4. **Luís João Fernandes Dias.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Deputado José Aires:** Sr. Presidente, peço desculpa, era só uma interpelação à Mesa. Relativamente ao julgamento que fez, relativamente a esse voto que tinha a palavra “sim”, é perfeitamente compreensível, e está no âmbito das suas competências. Deixar apenas a sugestão, para votações futuras, que se possam fornecer boletins de voto pró-forma, onde as pessoas já tenham “Lista A” ou “Lista B”, ou apenas “Lista A”, com um quadrado para podermos votar de acordo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** É assim, para isso, teríamos que trazer vários tipos de boletim de voto, porque nunca sabemos quantas listas vão ser entregues. -----

-----**O Deputado José Aires:** Basta ter, nesse sentido, um boletim de voto onde diga “lista”, depois a pessoa coloca a letra, e já tenha o quadrado de voto para se poder colocar a cruz lá dentro. É só uma sugestão para o melhoramento do funcionamento da Assembleia, que vem na sequência desta questão que foi agora levantada. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** É uma sugestão, atendendo a esse problema, trazer votos pré-feitos, mas temos sempre que criar várias hipóteses, temos que ter vários tipos de votos. Mas, de qualquer forma, eu alertei mais do que uma vez, no início, que havia três formas de votação: era “Lista A”, votos brancos ou nulos. -----

PONTO 9 – TRANSMISSÃO VIA STREAMING DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pavão** (PS), **Francisco Roque Braz** (Coligação PSD/CDS), **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **José Aires** (PS) e **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Foi uma proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS. --- Tem a palavra o Líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para apresentar a primeira proposta que foi remetida pelo respetivo Grupo. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Sr. Presidente, esta proposta que nós iniciámos, ??? nesta Assembleia, surge também no sentido de uma proposta que fizemos quando foi para aprovar o Regimento na anterior sessão, de se transmitirem em direto as Assembleias Municipais através

de via streaming, ou um canal de Youtube do Município, para que pessoas que não podem estar aqui presentes em horários de trabalho possam assistir às decisões que nós aqui tomamos. Isso é aproximar este órgão dos cidadãos, isto é aproximar a democracia aos cidadãos, e também é uma iniciativa que é tendencialmente gratuita. Basta colocar aqui uma câmara de filmar e ligá-la à mesa de som – digo eu, isto são depois as partes técnicas – e isto é facilmente exequível. -----

Isto é o que eu deixo aqui à Câmara, e a este órgão, esta proposta de votação, de transmitirmos em direto as Assembleias Municipais online, e que isso fique também em arquivo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Luís João, Francisco Braz, João Leonardo. Faça favor. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Sou apologista e dou o meu apoio às novas tecnologias de informação. Mas as tecnologias deveriam ser boas e positivas para o que foram pensadas e criadas, e não uma forma simplista e descredibilizada como muitas pessoas as utilizam e se aproveitam delas para comunicar, como mero escape e medo das suas identidades. Podem criticar-me por eu, nesta idade, e com representatividades como tenho, não ter Facebook nos dias de hoje, por exemplo. Não tenho, nem quero, nem irei ter. Não que seja contra essa linha de comunicação mundial muito rica e benéfica, mas sim contra o mau uso que dele se faz em prol do escape de mentes mais frágeis, que na própria pessoa, como eu o faço, seriam incapazes de dizer o que quer que fosse, e criticam, criticam, apelidam, alcunham, caluniam, etc., etc., etc. Contra essa forma, sou! -----

Em relação ao Ponto em si, na transmissão das Assembleias, tenho também a minha posição contrária à dos proponentes, pois acho que há coisas mais importantes do que isso. O meu modus operandi sempre foi adaptado à realidade que temos no atual. Por exemplo, se tenho dez, só vou gastar nove, e não doze. Assim, pergunto eu se será uma necessidade, ou sim uma vaidade, termos esse serviço. De certeza vaidade, para podermos dizer aqui, além e acolá: temos isto e poucos têm. Ora as minhas ideias são outras, e eu proponho ao Sr. Presidente da Câmara, sem saber sequer os custos envolvidos, e espero que muito avultados no caso de aceitar a minha proposta, e assim adaptarmo-nos à nossa realidade e necessidades: empregar essa verba em comida para os animais do concelho, ou mesmo a num programa de vigilância contra incêndios nas Juntas, ambos úteis e que também poderão ser falados por esse país fora, por apoios realistas, benéficos, e não por vaidades. -----

Para finalizar, queria deixar umas questões aos Srs. Presidentes: -----

Da Assembleia: -----

João Leonardo



- Conduz esta Assembleia: em conformidade com a Lei? -----

- Há alguma obrigatoriedade em ter de ser transmitida? -----

Da Câmara: -----

- Há algum problema com a prestação de contas? Pois tanto neste ponto, como no seguinte, nas propostas apresentadas, é sempre referida a prestação de contas. -----

Face ao referido e pelas razões apresentadas, o meu voto vai ser desfavorável à proposta apresentada, pois lá teremos certamente uma mente brilhante lá na sua secretária em Lisboa, que um dia se há de lembrar da obrigatoriedade deste serviço, como o fazem com outros – estou a lembrar-me agora, por exemplo, do caso do IRS; e assim lá teremos que aderir. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** João Leonardo, faça favor. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** O Grupo Parlamentar do PSD não vê necessidade de alteração do Regimento para transmissão via streaming da Assembleia Municipal, uma vez que as Assembleias são transparentes, públicas, e abertas à intervenção da população. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente a esta proposta que é trazida a esta casa pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, só para indicar que irei votar a favor, sou a favor desta proposta, acho que é uma proposta ambiciosa. Acho que as questões que foram levantadas pelos deputados pertencentes à Bancada da maioria são desnecessárias – ou seja, eu não estou aqui a pôr em causa se é, ou não, bem dirigida esta reunião, se tiver alguma queixa a fazer, dirijo diretamente à Mesa. Acho que os cidadãos do concelho e os eleitores, ao não terem possibilidade de se deslocar aqui, até porque temos alguns eleitores também, neste momento, que por questões de trabalho, ou de estudo, por questões profissionais, residem fora do Concelho de Moncorvo, seria importante dar oportunidade de todos poderem saber o que é que é discutido aqui, que realmente são os interesses que contam para o Município. E ao contrário do que referiu, e bem, o Sr. Presidente da Junta de Carviçais, até pelo contrário de outras redes sociais, aqui nós damos a cara. Uns sentam-se de um lado, outros do outro, muitas vezes temos posições conjuntas, e acho que isso é muito importante para a valorização democrática que é preciso fazer ??? desde o 25 de abril de 1974. -----

E é só. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Luís João, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís João:** Sobre o proponente da proposta ??? títulos académicos, tenho só que corrigir que ninguém tem o poder para abolir títulos académicos. A abolição dos títulos académicos aqui foi apenas na ata, ou seja, não constar em ata os títulos académicos. -----

A nível de as pessoas reverem o que se passou aqui, saberem o que se passou aqui, mais uma vez temos a ata para fazer esse serviço. Eu tinha uma dúvida a colocar ao proponente, se era áudio streaming, ou vídeo streaming, e já percebi que é vídeo streaming. Eu não estou para dar o meu direito de imagem, não estava previsto quando aceitei a proposta do João, Líder do Partido Socialista, ceder o meu direito de imagem à Câmara Municipal de Moncorvo. Dito isto, se houver uma correção, em que no primeiro parágrafo se retire a abolição dos títulos académicos, já que não foram abolidos, e que seja em áudio streaming, já que isso é possível, porque já colhemos o áudio, e por isso não seria muito difícil, e preservando ainda a edição desse som – ou seja, que esse som tivesse alguma proteção – eu não sei bem, face aos meus conhecimentos técnicos, mas se esse som fosse protegido para não haver uma edição, e haver, então, os chamados fake news, as falsas notícias que poderiam haver com a manipulação dessas mesmas intervenções, nesse caso eu seria a favor. A proposta, como está, gostando muito dela, porque sem dúvida que seria maior o índice de transparência e a credibilidade, concordo plenamente, mas desta forma, como foi posta, o meu voto será para “não”. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, iniciar a segunda ronda de intervenções. João Pavão e Francisco Braz. Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais, fico completamente triste que você tome essa posição, porque isto não é para vaidades, não é para nada. A Assembleia Municipal do Porto já tem as Assembleias Municipais em direto, com arquivo, e tem também a versão que disse o Sr. Deputado Luís João, tem também a versão podcast, que é a versão só de áudio, disponibilizada no site. Aliás, as Reuniões de Câmara são transmitidas em direto – as Reuniões de Câmara. E isto, a democracia é assim, se nós colocamos sempre barreiras, se vamos só seguir pelas atas, a democracia também não vai evoluir. Temos de nos saber adaptar, certo? E fico triste que jovens dessa Bancada não queiram aderir a esta proposta. -----

E relativamente aos custos, o Sr. Presidente da Junta compara isto com custos com comida, com alimentos, com comida para animais, com custos relativamente a apoio social. Sr. Presidente, ainda há pouco tempo a Sabor Artes transmitiu em direto pelo Facebook. Qual é

Ag. h.
Pedro



que foi o custo disso? Zero. O que é que custa aos serviços da Câmara terem aqui um tablet, ou uma máquina fotográfica, ou uma máquina de filmar ligada à mesa de som, e estar a filmar? Quais é que são os custos disso? Quer comparar isso a dar alimentos e apoios sociais? E depois, criticam-nos por não fazermos propostas? Nós estamos aqui a fazer propostas. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Deputado Francisco Braz, faça favor. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Ora, foi referido aqui pelo Deputado Aires que aqui ninguém se esconde, eu acredito que não, ninguém se esconde, mas a seguir dá-se azo aos escondimentos e ao achincalhamento das situações na praça pública. Quem quiser vir, vem, e depois faz o juízo do que se passa, e como deve ser. -----

Relativamente ao Deputado João Pavão, a questão dos custos, eu percebi bem, quando apresentei este assunto ao Sr. Presidente, por isso pedi que fossem elevados, que era uma forma de poder apoiar a situação que eu lancei aqui, por exemplo, da alimentação, ou de haver um programa de vigilância. Por isso, fiz menção a que fossem elevados, no caso de ser aceite a minha proposta. -----

Eu costumo dizer que nós no país temos duas realidades: temos a nossa, do interior, e temos a das cidades do Porto, Coimbra e Lisboa. Lá ninguém se conhece, e lá não há ninguém que vá a uma Assembleia, e até é muito benéfico eles terem isso. Se calhar até já as cidades todas deviam ter, e não têm. Tem o Porto, tem Lisboa, tem Maia, se calhar, e poucas mais. E é o que eu digo: quando formos obrigados a ter, lá estaremos. Portanto, isso chamo eu, entre aspas, não é para ofender ninguém, uma " vaidade", neste momento. É a minha opinião, vale o que vale. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Só dizer que já acabou a segunda ronda de intervenções. Não me apercebi. Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente a esta questão, e só para formalizar aquilo que para mim está em causa, o que é que nós pensamos sobre a tecnologia e a aplicação da mesma. Aqui o que está em causa é, de facto, proporcionar um serviço que passe a ser usufruído, neste caso, pelos nossos eleitores. Agora, acho que se pesarmos na balança, tem muito mais benefícios do que contras. Existem aqui questões que, de facto, foram levantadas pelo deputado Luís João, também relativamente aos direitos de imagem, eu não tenho qualquer problema em ceder os meus direitos de imagem; o colega talvez possa ter, e eu respeito isso, e é uma questão que também poderá ter que ser aprofundada. Agora, eu acho é que, no essencial, a questão em si é uma

M. Ag

questão de princípio. E por uma questão de princípio, acho que, efetivamente, deve ser aprovado este ponto, respeitando a opinião dos outros deputados. -----

E deixar só apenas aqui a correção, que, de facto, reparei que na moção vem aqui referida a abolição dos títulos académicos, eu estava presente nessa altura na Assembleia Municipal, e aqui, correto, não foi a abolição dos títulos académicos, porque nós não temos essa possibilidade, e isso será depois ??? certamente. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Para terminar. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Para terminar, aquela questão dessa parte do último parágrafo, estava também essa questão dos direitos de imagem, mas eu pergunto também se não seria melhor, em vez de ser nesta forma digital, que não sei a percentagem de população que usa internet, mas será vinte por cento (20%), trinta por cento (30%), não sei, será que não era possível fazer um protocolo com a Associação Cultural de Moncorvo – não sei como está essa associação – mas para ser transmitido na rádio? Aí sim, toda a população poderia usufruir deste serviço, senão é apenas vinte (20%) ou trinta por cento (30%) da população que vai usufruir desta forma digital. Já agora, deixo a questão, se calhar ao Presidente do Executivo, se tem algum protocolo com a Associação, ou seja, se tem um canal aberto com a Associação Cultural de Moncorvo para mudar esta proposta, porque se esta proposta for via rádio, claro que concordo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** É assim, só pedir-vos que da próxima vez, quando se abrirem inscrições, para se inscreverem todos, o que aconteceu agora. -----

Só dizer duas ou três coisas relativamente ao que foi dito aqui. O documento que serve de suporte e de registo é a ata. Vocês falaram de vários documentos, mas o documento oficial é a ata. Quanto a outros registos, isso é outra questão. Quanto às reuniões, são públicas, nos termos da Lei, e se a presente proposta for aprovada, temos que alterar o próprio Regimento para ir de encontro à proposta. -----

Está encerrado este assunto. Vamos passar, então, à votação da proposta. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria, com 18 votos contra, 9 a favor e 1 abstenção** (do deputado Luís João Dias (PSD/CDS)) **rejeitar a proposta da Moção de “Transmissão via streaming da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo”**. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink.



-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 10 — ELABORAÇÃO DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pavão** (PS), **António Júlio Andrade** (PS), **José Meneses** (Coligação PSD/CDS), **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **Francisco Braz** (Coligação PSD/CDS) e **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Dou novamente a palavra ao Sr. Deputado João Pavão. Faça favor. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Sr. Presidente, muito obrigado. -----

Relativamente ao que ainda referiu o Presidente da Junta, prestação de contas não é só a prestação de contas a nível contabilístico – eu sei que é outro ponto, mas também fala em prestação de contas aqui – prestação de contas significa também as decisões que nós aqui tomamos. E tudo o que aqui fazemos, somos responsáveis por isso. -----

Queria falar também sobre o art.º 46.º do Regimento, e esta proposta foi feita a nível pessoal, não tanto partidário e do Grupo Parlamentar, porque há divergências também nesse seio. E relativamente à Comissão de Orçamento, ela surge pelo seguinte: surge na situação de – e como o Presidente referiu na última Assembleia Municipal, que convidou o PS a apresentar propostas para o Orçamento e para o Plano de Atividades. Aliás, ainda hoje, nesta Assembleia, deu a sugestão até de fazermos documentos ??? e documentos de propostas, de tomadas de posição únicas relativamente a assuntos do Município. Ainda bem, porque esta Assembleia reúne de forma periódica, como nós sabemos, a não ser que haja reuniões extraordinárias convocadas, e também por um terço dos seus membros, mas esta seria a forma de envolver o Executivo e os membros da Assembleia numa discussão real sobre o Orçamento. E esta proposta surge, não para criar efetivamente já a comissão, mas para iniciar esse debate. E isto surge no âmbito de nós criarmos mecanismos em que a Oposição tenha também mais espaço de voz, e que também os Presidentes de Junta tenham mais espaço de voz para melhorar o Orçamento – neste caso o Orçamento de 2019. Por isso, esta proposta vem aqui ser apresentada, não para se criar a comissão, mas sim para iniciarmos esse debate pela proposta da criação da comissão – aliás, como se criou a Comissão de Agricultura, salvo erro, no mandato anterior. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos abrir, então, o debate. Quem pretende intervir? Portanto, João Leonardo, António Júlio Andrade e Luís Dias. Faça favor. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente da Assembleia, peço que me desculpe, peço desculpa, mas eu não sei em que consistirá a elaboração da comissão do Orçamento. Eu sei o que é eleger uma comissão, eu sei o que é criar uma comissão, eu sei o que é mandar numa comissão, mas a elaboração de uma comissão, eu não sei. Peço por isso, quando assinar os papéis, que tenha um bocadinho mais de cuidado. -----
Tenho dito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Foi o documento que foi entregue, eu não tenho poder. Quando o documento é entregue por alguém, não sou eu que vou alterar o documento. Não vou alterar. Se você faz um documento, que legitimidade eu tenho para alterar o seu documento? Você quer que seja assim. É uma proposta apresentada, neste caso, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e eu tenho que me cingir à proposta. Agora, não se dirija para mim. Desculpe, nós estamos a falar de coisas diferentes. Há uma proposta que é enviada, e não devia ser aceite? Vou recusar uma proposta com que fundamento? Tenho que fundamentar. Qualquer ato administrativo, ou político até, tem que ser fundamentado. Por amor de Deus, isto não é só recusar porque me apetece, ou porque está sol, ou porque está chuva. Se recusamos, temos que dizer por quê. Agora, a proposta é apresentada, e evidentemente, os termos são da responsabilidade de quem os apresenta. -----
José Meneses, se faz favor. -----

-----**O Deputado José Meneses:** A minha intervenção vai, de facto, nesse sentido: tanto no Ponto n.º 9 como no Ponto n.º 10, eu até iria colocar uma questão ao Líder Parlamentar, porque, de facto, eu acho que as propostas têm que ser assinadas. Neste caso, aqui no Ponto n.º 10, já me conseguiu responder, começou a intervenção por dizer que foi uma proposta mais sua, correto? Pronto, foi mais sua. Eu até gostaria de saber qual é que é a opinião dos Presidentes de Junta que estão no Grupo Parlamentar do Partido Socialista. E futuras propostas, de facto, se calhar deveriam vir assinadas, porque vai de encontro àquilo que está aqui a dizer o deputado António Júlio, se calhar não se deveria ter aceiteado estas propostas, não estão devidamente assinadas. "Grupo Parlamentar do Partido Socialista", mas, de facto, houve pessoas que, se calhar, não concordam muito com esta tomada de posição sua, pessoal. Era só isto que eu queria registar. -----



-----**O Presidente de Mesa:** João Leonardo, faça favor. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** A proposta do PS, em relação à criação desta comissão, o Grupo Parlamentar do PSD rejeita incondicionalmente a mesma, uma vez que viola a separação dos poderes executivo da Câmara Municipal e fiscalizador desta Assembleia. Para isso existe o Orçamento Participativo, a que qualquer munícipe pode concorrer. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Francisco Braz, se faz favor. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Ora, desde já o meu agradecimento ao João Pavão, obrigado pelo esclarecimento acerca da prestação de contas, porque eu tive o cuidado de ir ver o significado deste inglesismo apresentado, e deu-me que era uma prestação de contas. Desde já fico agradecido pelo esclarecimento. -----

A 1 de Outubro de 2017, fui eleito Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais, após apresentação de um Programa Eleitoral perante os eleitores da Freguesia de Carviçais. Agradou à maioria dos votantes, traduzindo-se assim na vitória obtida. A lista opositora também tinha o seu, que devidamente explanou no período para isso existente, não sendo contemplado pela sua aceitação, resultante da vontade manifesta dos votantes, traduzida nos resultados verificados. Isto é um facto que se traduz certamente a todos os meus colegas das Juntas aqui presentes e eleitos: todos eles apresentaram o seu Programa e viram-no escolhido, em detrimento do contrário. Eu, diga-se com toda a minha equipa, iremos reger-nos durante o Mandato, pelo nosso Programa, pelas nossas linhas orientadoras, podendo eventualmente ouvir e aceitar, de certa forma, alguma sugestão que acharmos com capacidade útil à freguesia, e consistente de incluir na nossa atuação, por parte dos nossos opositores, mas não mais do que isso. Não iremos de forma alguma criar nenhuma Comissão de Elaboração de Orçamentos com poderes deliberativos! Ainda que fossem consultivos?! Pois os deliberativos estão depois nas Assembleias. Mas nem isso. Nas Juntas dos meus estimados colegas aqui presentes, o mesmo acontecerá de certeza absoluta, e com toda a legitimidade e operância. -----

Agora em relação ao Ponto a discussão em si, o mesmo acontece em relação à Câmara Municipal, que também apresentou um programa com as suas orientações, que certamente tem toda a vontade do mundo de poder levar avante. Não vejo necessidade nenhuma, nem com qualquer sentido, proceder-se à constituição de mais um organismo, mais uma comissão, e nesse sentido proposto. O próprio Governo, e da forma como está instituído e vem governando, também não o faz. -----

Em democracia é assim que funciona e está bem inventado já. -----

Ainda questiono aos proponentes, neste caso já clarificado que é ao proponente, a quem respeito de todo a proposta apresentada: - Apresentariam vocês esta proposta com este teor, se fossem vocês governação? -----

Concluo, referindo que será por todas estas razões aqui vertidas que irei votar contra neste mesmo Ponto, contra a elaboração e criação de uma Comissão de Orçamento. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Luís João, se faz favor. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Concordo praticamente com tudo o que disse aqui o colega de Bancada Francisco Braz. Queria apenas salientar que a maior ferramenta que existe no Executivo é o Orçamento, e sem dúvida que é um documento político, não é técnico. Eu tendo a concordar com o bem inicial desta proposta por quê? É muito difícil para nós, membros desta Assembleia, avaliarmos um Orçamento em dois ou três dias. Eu falo por mim, pelo menos, não tive tempo para o avaliar corretamente. Mas, esta proposta não é aquela em que eu me reconheceria. Se calhar, penso eu, será daí, a palavra “elaboração” vem daí. Ou seja, isto não é fechado, uma proposta fechada, mas seria o iniciar de uma proposta para criarmos a tal comissão. -----

Proponho, por isso, que durante este período que vai até à próxima Assembleia, que tenhamos uma reunião, juntamente com o Líder Parlamentar do PSD, para tentarmos chegar a um acordo de uma comissão, que de forma ??? só para observar a preparação do Orçamento. Para quê? Para que nós, deputados, tenhamos mais informações, para dentro da nossa Bancada Parlamentar termos mais alguma coisa a dizer, porque neste momento, eu falo por mim, e sei que a Câmara Municipal de Moncorvo nos dá três dias, e não dois, como a maior parte das Câmaras aqui à volta (por exemplo, Mogadouro), e isso é bom que se sublinhe, já que a Câmara Municipal de Moncorvo está a usar o período mais alargado vertido na Lei, ou seja, dá-nos o maior tempo possível. Mesmo assim, acho insuficiente, daí essa ser a única razão que me permite concordar, mais uma vez, com a ideia no geral, não com ela em específico. Mas, mais uma vez, poderemos juntar-nos para discutir isto e tentarmos chegar a uma proposta para a próxima Assembleia. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Agradeço as palavras do Luís João. O propósito foi mesmo este: lançar o debate para a criação deste Orçamento – peço desculpa se houve erros, são erros de interpretação ao nível do português, mas o intuito foi este, foi lançar esta proposta – e eu agradeço a tomada de posição do Líder Parlamentar do CDS, Luís João, para querer reunir para começarmos a debater este assunto.

Re do



Sendo assim, retiro também a proposta a votação, ou seja, para que os Grupos Parlamentares, depois, caso chegemos a um consenso, iremos apresentar na próxima Assembleia essa proposta de criação da comissão do Orçamento. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado pela oportunidade que dão ao Executivo também de se pronunciar sobre esta proposta, primeiro porque ela estatutariamente é possível, conceptualmente está mal feita e está ilegal. Primeiro, o órgão deliberativo e o órgão executivo não podem estar numa e mesma comissão – isto era o mesmo que dizer ao Dr. António Costa para ir falar com o Dr. Rui Negrão e juntarem-se os dois. Não podem. Numa comissão, não podem. Portanto, logo a partir daí – eu agradeço por estar aqui, como Presidente do Município, eu agradeço, mas não posso. E os Srs. Vereadores também não podem. Portanto, a comissão que queiram fazer, se quiserem fazer, tem que sair daqui da Assembleia Municipal, e só com deputados municipais. -----

Segundo ponto: a comissão nunca poderá ter qualquer tipo de poder deliberativo. A Assembleia Municipal é que é o órgão próprio do poder deliberativo. As comissões só têm poderes consultivos, e não deliberativos. Portanto, esse é mais do que um erro, esse vai além – ou seja, nem a Constituição de 1974, pós-PREC, conseguia ter às comissões de trabalhadores, e tinham poder de despedir, mas não tinham poder de deliberar, as comissões de trabalhadores, ao contrário do Partido Comunista Chinês, que hoje ainda as comissões de trabalhadores estão à frente e o dono das fábricas no privado está atrás. Mas isso, eu espero que não queiram aqui, e estou certo que não o querem. -----

Agora, o que nós trazemos – e quando eu digo, “criticam-nos por não apresentarmos propostas”, ninguém vos critica; o que eu digo é que este Executivo – este – trouxe uma metodologia diferente para permitir que a Oposição estivesse mais presente. Eu estive oito anos na Assembleia Municipal e oito anos como Vereador da Oposição, eu sei o que isso é. Portanto, eu, um mês antes da votação, levo as Grandes Opções do Plano e apresento aos Srs. Vereadores. Nesses quinze dias, os Srs. Vereadores da Oposição podem trazer as propostas que quiserem, e aí é que eu aponte, disse que até agora nenhum me apresentou nenhuma, mas estou certo que no próximo serão apresentadas, estou certo. E se esta comissão puder fazer isso, melhor. Agora, a questão é esta: depois disso, ainda levamos novamente à Vereação um draft, e só depois é que vamos à votação. Ou seja, estamos nisto um mês e meio. E depois, eu disse já noutra Assembleia, e digo agora, isso é tudo entregue aos Srs. Vereadores. Portanto, os Srs. Vereadores têm que articular com os Srs. Presidentes

dos Grupos Parlamentares que os sustentam na Assembleia. A partir daí, conseguem ter, um mês para trás, toda esta informação. -----

Mais, esta informação que nós aqui damos sobre a situação financeira, eu faço questão de a trazer sempre aqui, está no regulamento, eu faço questão, e nenhum Sr. Deputado – porque se houver algum que se dirija a um serviço, previamente combinado, e que não lhe dê as informações que querem, eu agradeço que me digam a mim, porque isso era muito mau, tanto mais que durante o decorrer da semana passada, entregámos a um munícipe que quis as contas de 2013 a 2017 numa pen, para não ter que pagar fotocópias. A um munícipe, quanto mais a um deputado municipal. -----

Portanto, eu percebo que estas comissões sejam muito bonitas de se fazer; agora, temos que ver é se na prática – e por isso eu vos disse logo no início desta Assembleia que iriam perceber o porquê de eu não me demitir das minhas responsabilidades. E o Orçamento, vamos dizer o que o Orçamento é: o Orçamento não é um mero documento contabilístico do deve e do haver; o Orçamento é um documento político. E por isso, na introdução que eu fiz, e que na altura foi criticada pelo Sr. Deputado António Júlio Andrade, eu disse: “Atenção, não vá haver aqui confusão; a introdução é do Presidente da Câmara”, é da responsabilidade do Presidente da Câmara, não do Executivo. E por isso, eu assinalei tudo o que entendi que era a forma programática e política que nos tinha sido dada em eleições. Portanto, é esse documento político que eu não vou aceitar que ninguém altere. Agora, vou aceitar, estou disponível, como sempre estive, para que haja contribuições para esse Orçamento, desde que não vá ao contrário daquilo que queremos, porque há uma Lei que rege as Autarquias Locais – o Governo, já não sei se é regido assim, quem ganha nem sempre governa ultimamente, mas nas autarquias, quem ganha, e enquanto eu também estiver aqui, não deixo que outro governe. Portanto, é esse o princípio, até porque é o princípio legal. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Só dizer, a propósito de ter recebido esta proposta e não ter vindo assinada, evidentemente eu nem discuto essa questão, foi-me enviada por e-mail a proposta, e eu nem vou discutir assinaturas nesse aspeto. Quanto ao outro termo, evidentemente eu aceitei e aceito essa situação. Agora, dizer que vou analisar a proposta, é sempre discutível esse tipo de situações, porque os próprios proponentes podem interrogar-se o porquê. Agora, se você me disser assim, “elaboração da comissão”, logicamente que o art.º 46.º fala de constituição, não de elaboração. O edital é meu, certo. Não posso alterar. Se alterasse, tinha o Sr. João Pavão a dizer: “Alterou aquilo que eu fiz”. Vamos continuar. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

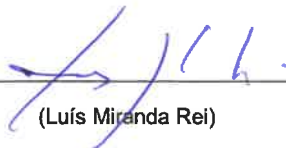
-----Não houve intervenções.-----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade.**-----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 12h00m deu por encerrada a sessão.-----

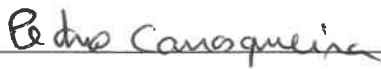
-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



(Luís Miranda Rei)

1.º Secretário da Mesa,



(Pedro Carrasqueira)

2.ª Secretária da Mesa,



(Lucinda Carpinteiro)